

ANA MARIA LIMA DE FREITAS

**PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL:
DESAFIO PARA O MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR**

Relatório Técnico Científico apresentado ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Segurança Pública do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade Estadual de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Rildo Dias da Silva

**BOA VISTA/RR
2020**

Copyright © 2020 by Ana Maria Lima de Freitas

Todos os direitos reservados. Está autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que seja informada a **fonte**.

Universidade Estadual de Roraima – UERR
Coordenação do Sistema de Bibliotecas
Multiteca Central
Rua Sete de Setembro, 231 Bloco – F Bairro Canarinho
CEP: 69.306-530 Boa Vista - RR
Telefone: (95) 2121.0946
E-mail: biblioteca@uerr.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F866p Freitas, Ana Maria Lima de.
Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social: desafio para o município de Boa Vista-RR. / Ana Maria Lima de Freitas. – Boa Vista (RR) : UERR, 2020.
52 f. : il. Color 30 cm.

Produto (Relatório Técnico Científico), apresentado ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Segurança Pública do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade Estadual de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, sob a orientação do Prof. Dr. Rildo Dias da Silva.

1. Segurança Pública 2. Defesa Social 3. Políticas Públicas 4. Plano Municipal de Segurança Pública 5. Boa Vista-RR I. Silva, Rildo Dias da (orient.) II. Universidade Estadual de Roraima – UERR III. Título

UERR. Dis.Mes.Seg.Pub.2020

CDD – 363.3

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Letícia Pacheco Silva – CRB 11/1135 – RR

ANA MARIA LIMA DE FREITAS

Relatório Técnico Científico apresentado ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Segurança Pública do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade Estadual de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania.

Aprovado em 09/10/2020.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. RILDO DIAS DA SILVA

Presidente da Banca


Prof. Dr. CLAUDIO TRAVASSOS DELICATO

Membro Titular Interno


Prof. Dr. EDGARD VINÍCIUS CACHO ZANETTE

Membro Titular Interno


Prof. Dr. FERNANDO CESAR COSTA XAVIER

Membro Titular Interno

Prof. Dr. RAFAEL PARENTE FERREIRA DIAS

Suplente

**BOA VISTA/RR
2020**

“O processo de elaboração de um Plano Integral e Participativo precisa ser feito de forma cuidadosa e criteriosa para garantir que ele se converta, de fato, em uma ferramenta de gestão local exequível e efetiva para o enfrentamento da violência e a criminalidade.”

(Guia do Plano Integral e Participativo em Convivência e Segurança Cidadã)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da minha vida.

Sou grata ao meu companheiro de vida, Eraldo Lima, que sempre me apoiou em todas as minhas decisões.

Ao meu professor orientador Rildo Dias da Silva que teve um papel fundamental na orientação deste trabalho.

Aos professores Edgard Vinícius Cacho Zanete, Fernando César Costa Xavier e Cláudio Travassos Delicato pelas sugestões apontadas para o enriquecimento desta pesquisa.

Agradeço ao senhor Raimundo Barros de Oliveira, Secretário Municipal de Segurança Urbana e Trânsito – Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR, que disponibilizou o material da pesquisa oportunizando o engrandecimento do meu conhecimento.

Ao senhor Fronzio Calheira Mota, Secretário Municipal de Segurança Urbana – Prefeitura Municipal de Vitória-ES, pelas contribuições dadas durante a realização do Seminário sobre Segurança Cidadã.

Ao Coronel Francisco Xavier Medeiros de Castro, Comandante da Polícia Militar de Roraima, por sua participação nos debates sobre Segurança Cidadã, parte da minha pesquisa.

Aos professores Edson Damas da Silveira, Rafael Parente Ferreira Dias e a professora Leila Chagas de Souza Costa, palestrantes das Mesas Temáticas realizadas no decorrer do Seminário, estratégia desta pesquisa.

As minhas colegas Claycia, Nanníbia, Clarissa e Vanessa pelo companheirismo e apoio técnico prestado, quando das discussões sobre a eficácia de políticas de segurança elencadas no Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR.

E, finalmente, mas não menos importante, agradeço a minha amiga irmã Ana Maria Saraiva Botelho que esteve ao meu lado durante toda essa caminhada.

RESUMO

A abordagem sobre o Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR, diz respeito à atuação do município quanto a resolução de problemas que envolvem a criminalidade e a falta de segurança. Essa atuação é baseada nos princípios constitucionais, na rede de políticas sociais e na capacidade de se relacionar com a sua base territorial. As políticas de segurança são iniciativas que devem ser implementadas pelo município para melhorar a segurança da cidade. A pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, visa analisar as políticas públicas de segurança, levando em conta a implementação das ações propostas no referido Plano, elaborado em 2015. O trabalho respaldou-se em uma fase de levantamento bibliográfico e documental, construção do referencial teórico, estudo da legislação pertinente e estudo de caso. Este foi realizado na Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito, que tem como foco a manutenção da ordem pública e na Universidade Estadual de Roraima, quando da realização do Seminário “Segurança Pública: Desafio para os Municípios. A coleta de dados foi realizada a partir de três fontes de evidências: questionário, entrevistas e rodas de conversa. Verifica-se que o objeto de estudo analisado não é de conhecimento da maioria dos participantes dessa pesquisa. Constata-se, ainda, que a sociedade civil não teve envolvimento na elaboração do documento e as políticas públicas de segurança não foram discutidas com os responsáveis pela segurança municipal e defesa social. No tocante a implementação do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR, para os próximos anos, são apresentadas propostas de eventuais estudos da metodologia participativa, tanto para servidores do poder público municipal quanto para a sociedade civil organizada.

Palavras-chave: Segurança Pública e Defesa Social. Plano Municipal de Segurança Pública. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The approach to the Municipal Plan for Public Security of Boa Vista-RR, relates to the Municipality's performance in solving problems involving crime and lack of security. This performance is based on constitutional principles, the social policy network and the ability to relate to its territorial base. Security policies are initiatives that must be implemented by the municipality to improve the security of the city. The qualitative, exploratory and descriptive research aims to analyze public security policies, taking into account the implementation of the actions proposed in that Plan, prepared in 2015. The work was supported by a phase of bibliographic and documentary survey, construction of the theoretical framework, study of the relevant legislation and case study. This was held at the Municipal Secretariat for Urban and Traffic Safety, which focuses on maintaining public order and at the State University of Roraima, when the Seminar "Public Safety: Challenge for Municipalities" was held. Data collection was carried out from three sources of evidence: questionnaire, interviews and conversation circles. It appears that the object of study analyzed is not known to most participants in this research. It is also noted that civil society was not involved in drafting the document and public security policies were not discussed with those responsible for municipal security and social defense. Regarding the implementation of the Boa Vista-RR Municipal Public Security Plan, for the next few years, proposals are made for possible studies of the participatory methodology for both civil servants and the organized civil society.

Keywords: Public Security and Social Defense. Municipal Public Security Plan. Public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Gestores municipais de Boa Vista.....	23
QUADRO 2 - Vinculação entre objetivos específicos, metodologia e fontes de coletas de pesquisa.....	27
QUADRO 3 - Caracterização da Amostra - Questionário	31
QUADRO 4 - Etapas do Diagnóstico Integral e Participativo.....	39
QUADRO 5 - Etapas de Construção do Plano.....	42

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa da Evolução do Espaço Urbano de Boa Vista-RR.....	22
FIGURA 2 – Mapa da Infraestrutura da cidade de Boa Vista-RR.....	24
FIGURA 3 - Caracterização da Amostra - Questionário.....	31

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Evolução dos números populacionais dos municípios de Boa Vista e Pacaraima no censo 2010 e estimativa 2015-2018.....	23
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 GESTÃO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	13
2.1 Políticas Públicas Municipais	17
2.2 Plano Municipal de Segurança Pública à luz do Plano Nacional de Segurança Pública	18
2.3 Município de Boa Vista: contextualização histórica, socioeconômica e política (1980-2019)	20
3 METODOLOGIA	24
3.1 Quanto a Natureza da Pesquisa	25
3.2 Quanto as Formas de Abordagem	25
3.3 Quanto aos Procedimentos Técnicos	26
3.4 Diagnóstico	27
3.5 Coleta de Dados	27
3.5.1 Análise Documental.....	28
3.5.2 Questionário.....	28
3.5.3 Entrevistas.....	29
3.5.4 Rodas de Conversa.....	29
4 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADO DA PESQUISA E RECOMENDAÇÕES	30
4.1 Seminário	30
4.1.1 Percepção dos Participantes Inscritos no Seminário.....	30
4.2 Entrevista com os Servidores Municipais	32
4.3 Percepção dos Participantes nas Rodas de Conversa	35
4.4 Recomendações à Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR	38
4.4.1 Recomendação I – Difusão.....	38
4.4.2 Recomendação II – Integração e Participação.....	39
4.4.3 Recomendação III – Definição de Prioridade.....	40
4.4.4 Eixos do Marco Conceitual da Convivência e Segurança Cidadã.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A - FICHA DE INSCRIÇÃO - SEMINÁRIO SEGURANÇA PÚBLICA: DESAFIOS PARA OS MUNICÍPIOS	50
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA MUNICIPAL URBANA E TRÂNSITO	51
APÊNDICE C - QUESTÕES PARA A RODA DE CONVERSA	52

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho ressalta a importância da gestão municipal na definição de políticas públicas de segurança, enfatizando a implementação do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR como recurso para melhoria da segurança na cidade. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a obter autonomia administrativa e financeira. Entretanto, quando se fala em segurança pública, o § 8º do artigo 144 da CF/88 reservou aos municípios apenas a constituição de guardas municipais como responsáveis pela proteção e guarda de seus bens, serviços e instalações (BRASIL, 1988). Dessa maneira, os municípios ficaram à margem das discussões necessárias para a efetividade de políticas públicas de segurança e defesa social.

Neste cenário, por muitos anos, a política de segurança pública esteve nas mãos das instituições policiais dos estados. Aos municípios cabia somente a fiscalização de seus bens, e em alguns casos auxiliar nos custos das polícias estaduais que atuavam em seus territórios (GONÇALVES, 2009). Essa prática encontra-se defasada e não mais atende às demandas da sociedade por segurança e redução da criminalidade (LEMGRUBER, 2002).

Por isso, é necessário lembrar que o município possui um vasto campo de atuação que não se restringe apenas à criação das guardas municipais, mas na incorporação de um novo modelo de gestão capaz de implantar políticas voltadas à segurança do cidadão. De acordo com Kahn (2005), o poder municipal dispõe de diversos mecanismos de gestão capazes de potencializar a sua atenção no combate à violência e criminalidade. Com isso, a gestão municipal pode utilizar-se de um dos mecanismos – o Plano Municipal de Segurança Pública, que norteia as políticas públicas de segurança e defesa social para um efetivo combate à violência e criminalidade.

Assim, o objeto dessa pesquisa é o Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR e o objetivo geral desse estudo foi analisar as políticas públicas de segurança, levando em consideração as ações, estratégias e diretrizes propostas no Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR, elaborado em 2015. Enquanto isso, os objetivos específicos estavam voltados para questões mais particulares da pesquisa e buscaram: entender a atuação do município como ator nas políticas públicas de segurança; identificar a percepção social a respeito das políticas públicas de segurança no Município de Boa Vista-RR; e fortalecer as estratégias, diretrizes e ações do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR.

Para responder a pergunta que norteou esse trabalho, aqui escrita nestes termos: as políticas públicas municipais de segurança implementadas pelo Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR estão sendo aplicadas em conformidade com o interesse social? Foi realizada uma revisão bibliográfica e documental de material elaborado e disponível como livros, artigos científicos, dissertações e teses devidamente registradas e documentos oficiais com informações que

ainda não receberam tratamento analítico, disponíveis em arquivos municipais, bem como o Seminário com o tema “Segurança Pública: Desafio para os municípios.”

A pesquisa foi trabalhada em duas fases: uma análise quantitativa, por meio da aplicação de um questionário com questões de múltipla escolha, lançado no ato da inscrição dos participantes para o Seminário “Segurança Pública: Desafio para os municípios”. As informações coletadas serviram para formulação da fase qualitativa que se deu com as entrevistas semiestruturadas, realizadas com os servidores municipais e nos Grupos de Trabalho (GT's), tendo como estratégias as rodas de conversa, respectivamente. Na abordagem qualitativa desta pesquisa, outra característica que se constitui é a descritiva, pois os dados coletados foram submetidos às estatísticas descritivas, assim como às técnicas de análise qualitativa do fenômeno analisado. As conclusões expostas apresentam um resumo geral da pesquisa, como também as limitações e as recomendações a respeito da gestão da segurança pública municipal. Portanto, todo levantamento de dados foi submetido à análise considerando o nível de envolvimento dos participantes nas entrevistas e nas rodas de conversa, respectivamente.

Este trabalho de pesquisa está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo descreve sobre a gestão municipal de segurança pública e defesa social; aborda a defesa social e as políticas públicas municipais, a partir da percepção de alguns autores. De acordo com (RODRIGUES, 2011), o envolvimento de órgãos públicos ou mesmo as entidades não governamentais e as empresas privadas na elaboração do planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas constitui alternativas para “delimitar os desafios que os governos e as sociedades enfrentam”. Enquanto que Santos Júnior (*apud* NORONHA, 2006, p.84) destaca a importância dos Conselhos Municipais, que difundidos a partir da Constituição Federal de 1988, “constituem canais de participação e representação das organizações sociais na gestão de políticas públicas específicas; e o surgimento do Plano Municipal de Segurança Pública à luz do Plano Nacional de Segurança Pública.”

Ainda nesse capítulo, apresenta-se o panorama histórico, socioeconômico e político do município de Boa Vista. Essa contextualização ajudou no entendimento das políticas públicas de segurança contidas no Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista e a relação dessas políticas com outras questões urbanas como o crescimento da cidade; sem acompanhamento de planejamento urbano, moradias precárias, desemprego, violência, criminalidade e outros.

O segundo capítulo traz a metodologia utilizada para construção deste trabalho, descrevendo os métodos, técnicas e procedimentos para responder ao problema da pesquisa. Esta teve como área de estudo a cidade de Boa Vista-RR. O estudo de caso, na Prefeitura Municipal de Boa Vista/Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito, possibilitou compreender como o Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR, definiu suas estratégias, diretrizes e ações

para minimizar os problemas que envolvem a criminalidade e a segurança do cidadão. A pesquisa mostrou que a implementação do Plano Municipal de Segurança Pública e o cumprimento de suas estratégias, diretrizes e ações devem ser objeto de revisão e avaliação contínuas. Para isso, o diagnóstico deve ser realizado com a comunidade local, demonstrando com dados estatísticos oficiais os problemas da cidade, para que o novo Plano apresente propostas capazes de promover a paz social. Esse mecanismo de gestão foi o fio condutor das discussões que ocorreram por ocasião do Seminário – “Segurança Pública: Desafio para os Municípios”, onde a coleta de dados foi realizada nos Grupos de Trabalho (GT’s), com a estratégia de rodas de conversa e foco na análise das políticas públicas de segurança elencadas no referido plano. O Seminário, também, teve por finalidade propiciar um debate sobre a temática de Segurança Pública e Defesa Social possibilitando, assim, a produção de conhecimento.

O terceiro capítulo apresenta a pesquisa de campo realizada na Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito (PMBV) e no decorrer do Seminário. A partir da visão da pesquisadora, dos relatos dos Guardas Civis Municipais e dos participantes do Seminário, foi apresentado o material produzido pela pesquisa empírica, documental, bibliográfica, entrevistas e rodas de conversa, expondo a análise de dados e os resultados obtidos e, também, apresentando recomendações como ferramentas para implementação do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR.

O Relatório de Pesquisa encerra, conforme (KAHN, 2005), apresentando o Plano Municipal de Segurança Pública como mecanismo de gestão capaz de potencializar o poder municipal no combate à criminalidade. A pesquisadora observa que o poder público municipal de Boa Vista-RR precisa efetivar, na prática, um novo modelo de gestão com características adequadas para envolver com eficácia os servidores municipais e a sociedade civil organizada na efetivação do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR para os próximos anos.

2 GESTÃO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

A partir da década de 1990 as discussões tornaram-se mais fortes a respeito das questões relativas à segurança pública e defesa social, principalmente, no que diz respeito a competência dos governos municipais. Os elevados índices de violências nas cidades têm contribuído para uma agenda positiva nas esferas federal e municipal onde foram realizadas algumas intervenções como a criação de guardas civis, secretarias e planos municipais de segurança pública. Entretanto, as iniciativas nesse sentido encontraram dificuldades e tendem a ser limitadas, tendo em vista que a Constituição Federal (CF, 1988) em seu artigo 144, § 8º onde garante aos municípios apenas a constituição de guardas municipais como responsáveis pela proteção e guarda de seus bens, serviços

e instalações (BRASIL, 1988). Com isso os municípios ficaram à margem das discussões a respeito da execução de mecanismos básicos de gestão necessários para a efetividade de políticas de segurança pública e defesa social e diminuição da violência.

A Constituição Cidadã fez despertar a consciência dos direitos de cidadania e ampliou o grau de exigência da sociedade para esse fim. Neste sentido, a falta ou deficiência dos direitos sociais como educação, emprego, saúde, lazer, cultura, habitação, transporte, esporte, usufruto dos serviços de infraestrutura básica como comunicação, energia, água tratada, saneamento, estradas, iluminação são bens que causam incômodos e insatisfações, que geram incertezas tanto individuais quanto coletivas. Por isso, a ausência de informações a respeito desses indicadores sociais impede a adoção de medidas preventivas e, com isso, “inviabiliza a elaboração de projetos relativos à defesa social”, entendida como:

o conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado, através da execução de políticas públicas destinadas a reduzir a desigualdade social e seus efeitos, assim como ações preventivas e repressivas num sentido mais amplo do que o que é usualmente utilizado na doutrina policial, para proporcionar à sociedade a sensação de segurança. (BATISTA, 2013, Documento Eletrônico não paginado).

Diante dos fatos verifica-se que as ações de defesa social, por sua abrangência, tornam-se impraticáveis para um único órgão ou setor do Governo desenvolver atos inerentes a defesa social. Além disso, as Secretarias de Governo que receberam a denominação de Secretaria de Segurança e Defesa Social continuam praticando as mesmas atividades, ou seja, ações de defesa pública. Nesse caso, aos demais órgãos de Governo cabem a busca de ações intersetoriais destinadas a propagar ações que atendam as outras necessidades da sociedade e que tenham ligações imediatas na prevenção da criminalidade. (Idem).

Em síntese, propor e conduzir a política de defesa social do município, com ênfase na prevenção da violência e realização de programas sociais; coordenar as ações da Guarda Civil Municipal promovendo ações em parceria com outras secretarias são algumas das diversas competências de uma Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social. (Idem).

O fato de o município ser o ente federado que está próximo ao cidadão, espera-se dele um protagonismo que seja capaz de atender as demandas sociais (LIMA et al. 2014, p. 400). Este protagonismo deve estar afinado com um modelo de gestão capaz de incorporar, além de Guardas Cíveis Municipais, outros mecanismos, como por exemplo: Secretaria, Plano de Ação, Conselho e Fundo Municipal de Segurança Pública, na perspectiva de criar um ambiente propício e adequado para convivência pacífica das pessoas.

Ainda assim, a política de segurança pública por muitos anos esteve nas mãos das instituições policiais dos estados. Aos municípios cabia somente a fiscalização de seus bens, em alguns casos auxiliar nos custos das polícias estaduais que atuavam em seus territórios

(GONÇALVES, 2009). Essa prática encontra-se defasada e não mais atende às demandas da sociedade por segurança e redução da criminalidade (LEMGRUBER, 2002).

Por isso, as políticas de segurança municipal precisam de uma nova configuração para o enfrentamento da problemática da violência, cabendo ao município assumir o seu papel com uma gestão pública capaz de implantar políticas multidimensionais e “costurar” novas alianças com a sociedade, por meio da transparência e participação (SOARES, 2005).

Para Kahn (2005), o poder municipal dispõe de diversos mecanismos capazes de potencializar sua atenção no combate à criminalidade, como por exemplo: Plano Municipal de Segurança Pública (PMSP), Conselho Municipal de Segurança Pública (CMSP), Fundo Municipal de Segurança Pública (FMSP), Secretaria Municipal de Segurança Pública (SMPS) e Guarda Civil Municipal (GCM).

Guindani (2005) coloca que a gestão dos problemas da violência requer a implementação de políticas públicas definidas em plano de ação estratégico, e devem ser avaliadas e monitoradas continuamente. Nesta perspectiva, o Plano Municipal de Segurança Pública pode ser construído com políticas públicas de segurança definidas, bem como metas a serem alcançadas, Peres *et al* (*apud* SOARES, 2007). Aliado a esse instrumento, menciona-se os Conselhos Municipais de Segurança Pública responsáveis por definir prioridades e o modo como os recursos devem ser gastos, pois todos os atos devem ter a participação popular nos processos decisórios.

A participação dos cidadãos e líderes comunitários nos conselhos é uma das formas de cobrar o direito à segurança e assumir a responsabilidade prevista na Constituição. Esses participantes reúnem-se para analisar, propor, planejar e acompanhar as ações com a finalidade de solucionar os problemas de segurança (SENADO NOTÍCIAS, 2019).

Nesta ótica, a Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, [...] em seu §7º, do artigo 20¹ [...], afirma veemente a importância de representantes da sociedade civil como forma de contribuir com a construção de políticas públicas de segurança.

Todavia, os recursos destinados à política e projetos voltados à segurança pública são provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), gerido pelo Ministério da Justiça, e os municípios podem ter acesso a esses recursos se estiverem em conformidade com o inciso I do parágrafo único do artigo 9º, da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)². Enquanto que as Secretarias Municipais de Segurança Pública representam o órgão que viabiliza ações voltadas à promoção da segurança local.

¹ §7º do Art. 20: Os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Pública e Defesa Social, que contarão também com representantes da sociedade civil organizada e de representantes dos trabalhadores, poderão ser descentralizados ou congregados por região para melhor atuação e intercâmbio comunitário.

² Inciso I do Parágrafo Único do Art. 9º: [...] I – existência de plano de segurança nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; [...]

Enfim, as guardas municipais foram criadas a partir da Constituição Federal de 1988 com a finalidade de:

[...] proteger os bens, serviços e instalações de seus municípios, mas com o decorrer dos anos, suas funções foram se diversificando e ultimamente as guardas costumam exercer função auxiliar na segurança pública, colaborando no patrulhamento das escolas e vias públicas e auxiliando o Conselho Tutelar e as Polícias Civil e Militar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013, p. 159).

Entretanto, mesmo não existindo estudos sobre os impactos desses mecanismos de segurança é aceitável admitir seu efeito sobre a população, já que podem contribuir para a manutenção da ordem. Na abordagem da Teoria da Janela Quebrada, se há ordem, tende a haver redução da criminalidade, Wilson; Kelling, 1982 (*apud* LIMA *et al*, 2014).

Os diversos mecanismos que a gestão municipal dispõe para coibir a violência, podem contribuir com outras iniciativas que organismos como o Instituto Cidade Segura e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública vêm realizando, que é “fomentar fortes investimentos no desenho e na avaliação de estratégias de prevenção secundária e terciária³ que possam ser aplicadas à nossa realidade” (LIMA; CARBONARI, 2018).

Por isso, a busca de equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a redução da violência voltou para o fortalecimento de ações, como por exemplo: promoção da coexistência e da inclusão social; revitalização de praças com uso e ocupação desses espaços; participação na elaboração do planejamento e monitoramento das políticas públicas; e a integração dos governos federal, estadual e municipal.

As cidades brasileiras, mexicanas, colombianas e americanas pesquisadas pela ONG mexicana Segurança, Justiça e Paz apontaram altas taxas de criminalidade e violência. Embora as circunstâncias sejam diferentes, pode-se encontrar semelhanças nos problemas de segurança dessas cidades, como bem escreve os autores.

Se os fatores de risco que levam às altas taxas de criminalidade violenta na região são parecidos, muitas das soluções podem também ser adaptadas de uma cidade à outra. Mas o que as cidades das Américas podem aprender umas com as outras? Que estratégias que funcionam em uma cidade podem ser aplicadas a outros contextos? Uma agenda transnacional para abordar a violência urbana na região seria sustentável? Essas foram algumas das questões que levaram cerca de 30 pesquisadores, funcionários públicos, representantes de organismos multilaterais e da sociedade civil do Brasil, México, Colômbia e dos Estados Unidos, para um encontro em Chicago (EUA) nos dias 14 e 15 de junho de 2018 (LIMA; CARBONARI, 2018).

Para responder a esses questionamentos o município deve construir um sistema de informações que evidencie a realidade de onde a violência pode ocorrer, quem é afetado e quais as causas que impulsionam tais fatos. Para tanto, o gestor municipal deve ser o principal articulador

³ Prevenção secundária (feita com grupos vulneráveis à violência) e prevenção terciária (feita com egressos dos sistemas socioeducativo e prisional).

dos vários atores sociais, melhorando, assim, o sistema de governança e gestão de segurança. Entretanto, é fundamental que as políticas públicas municipais de segurança sejam entendidas e apropriadas pelos governos locais, em nome do interesse coletivo, para garantir o direito à segurança pública e a defesa social para todos os cidadãos.

2.1 Políticas Públicas Municipais

O Estado brasileiro sempre foi visto como protetor e autoritário e em outros casos ditador, em outras situações paternalista como também conservador. A soma de tudo isso faz lembrar que nos anos 80 o Brasil chegou a galgar a oitava posição em relação à economia mundial, mas por outro lado as “feridas” das desigualdades sociais cresceram desenfreadamente, conforme Barcelar (*apud* NORONHA, 2006). A lógica da não prioridade do Estado para os investimentos sociais continuou e o aumento das desigualdades novamente fez o caminho inverso. Para Durão (*apud* NORONHA, 2006) a conclusão de tudo isso é uma só: as políticas sociais, assim como a previdência social e o emprego, constituem objetivos “inteiramente secundários em nosso país”, e são subordinadas à lógica da acumulação de capital.

Contudo, o papel do Estado deve ser o de garantir à sociedade o direito à cidadania e o acesso à segurança que, na atualidade, surge como a principal política de garantia de direitos, como também, para se fazer cumprir os deveres estabelecidos nos ordenamentos jurídicos. Os órgãos estatais têm o dever de garantir que o sistema de segurança pública atenda os interesses coletivos ou mesmo individual dessa sociedade.

Por isso, para atingir resultados satisfatórios em diferentes áreas, os governos (federal, estaduais ou municipais) se utilizam das políticas públicas que conforme Bonafé (2016) são:

conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (federal, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

Dessa forma, os estados e municípios têm papel fundamental no processo de tomada de decisões quando envolve conteúdos, instrumentos e aspectos institucionais na formulação de uma política pública. O envolvimento de órgãos públicos ou mesmo as entidades não governamentais e as empresas privadas na elaboração do planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas constitui alternativas para “delimitar os desafios que os governos e as sociedades enfrentam” (RODRIGUES, 2011, p. 46).

Assim, as políticas municipais de segurança cidadã demonstram a expectativa de que as políticas de segurança “deviam se adequar as realidades locais e aos anseios das populações em

uma expectativa de integração interinstitucional, intersetorial e interagencial, através de mecanismos democráticos de controle, monitoramento e avaliação das políticas públicas”, Dias Neto (*apud* AZEVEDO (Coord); Ratton Jr.; Kerber *et al*, 2018).

Além disso, o governo municipal pode realizar ações de prevenção à violência por meio da colocação de equipamentos públicos, como iluminação, sistemas de câmeras, bem como a criação da Guarda Civil Municipal com a finalidade de proteger bens patrimoniais, serviços e instalações. “Uma boa manutenção da cidade contribui para a inibição da criminalidade” (RIBEIRO, 2015).

Por outro lado, o governo municipal, antes de colocar em prática ações para melhorar a segurança da cidade, deve entender como funciona a dinâmica da criminalidade em seu município, necessita realizar levantamento da situação em que se encontra a segurança pública para conhecer os problemas que afetam os cidadãos, e em seguida propor resolução.

De posse desse diagnóstico, cabe a gestão municipal a elaboração de um Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, cujo objetivo é planejar, implementar, monitorar e avaliar projetos que visem a prevenção do crime e redução do sentimento de insegurança dos munícipes.

Nesta ótica, os municípios têm um papel preponderante na construção do novo paradigma de política pública de segurança, a partir de três eixos.

1º Por suas atribuições constitucionais, os municípios possuem toda uma rede de políticas sociais com uma importante capilaridade que permite uma presença e uma capacidade de se relacionar com a sua base territorial onde acontecem os problemas de violência e criminalidade, de atendimento às comunidades vulneráveis, de relação efetiva com segmentos diversos da população [...]. 2º A criminalidade e a violência possuem uma espacialidade, ocorrendo efetivamente no território do município, daí decorre a necessidade da integração das ações do sistema de justiça e polícia com a rede das políticas municipais. Aqui, o principal papel do município passa a ser de articulador, coordenador e indutor desta construção [...]. 3º O novo paradigma da política pública de segurança se completa com o envolvimento e participação da comunidade, tanto na discussão dos problemas e das prioridades, como nas ações comunitárias e na avaliação dos processos em uma perspectiva de controle social sobre as políticas públicas de segurança [...]. (Plano Municipal Integrado de Segurança Cidadã de Novo Hamburgo-RS, 2016).

Assim, as práticas de políticas públicas de segurança são iniciativas que devem ser realizadas pelo município para melhorar a segurança da cidade. Aliado a tudo isso, o gestor municipal cumpre o dever de reduzir o crime, aumentar a sensação de segurança “e, por consequência, a melhoria da qualidade de vida na localidade” (RIBEIRO, 2015). Para que isso ocorra é necessário compreender a política pública municipal de segurança a partir do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, um importante mecanismo de gestão.

2.2 Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social à luz do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

No Brasil, ou por conta do modelo de polícia adotado no país ou por conta das limitações impostas pela Constituição Federal de 1988, os municípios ficaram por um longo período à margem das discussões sobre segurança pública. Somente com a efetivação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que os municípios foram integrados na pauta que incluía reformas legais e estruturais em todas as esferas de governo (PIMENTA, 2015).

Somando-se a isto, somente após uma década da promulgação da Carta Magna, que se concebeu a segurança pública como “dever do Estado e responsabilidade de todos.” A partir desse contexto, a política de segurança pública passa a ser incorporada sob o olhar de uma sociedade mais libertadora, organizada, fncada no respeito aos direitos humanos, onde o enfrentamento da criminalidade não quer dizer “instituição de arbitrariedade, mas a adoção de procedimentos tático-operacionais e político-sociais que considerem a questão em sua complexidade.” (CARVALHO e SILVA, 2011, p. 62).

A implantação da Secretaria Nacional de Segurança Pública contribuiu significativamente para organização de uma estrutura orgânica de gestão capaz de mudar a ordem institucional da organização administrativa da segurança pública em nível federal. Esse órgão de governo, dentre outros “tem como competência principal e resumida implementar, acompanhar e avaliar as políticas e programas nacionais voltados para a segurança pública” (FARIA, 2018). Não só isso, mas, “cabe ainda a essa Secretaria incentivar órgãos estaduais e municipais a elaborarem planos integrados de segurança” (Idem). Nessa concepção, o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) surge para dar uma resposta positiva à população de como fazer para enfrentar a violência no país, principalmente “em locais com elevados índices de criminalidade, tendo como finalidade aperfeiçoar as ações dos órgãos de segurança pública” (CARVALHO e SILVA, 2011, p. 63).

Corroborando com esta percepção de que o Plano Nacional de Segurança Pública surge para aperfeiçoar as ações dos órgãos de segurança pública, cita-se a abordagem de Lopes (2009, p.29 *apud* CARVALHO e SILVA, 2011, p. 63), sobre a questão.

O Plano Nacional de Segurança Pública de 2000 é considerado a primeira política nacional e democrática de segurança focada no estímulo à inovação tecnológica; alude ao aperfeiçoamento do sistema de segurança pública através da integração de políticas de segurança, sociais e ações comunitárias, com a qual se pretende a definição de uma nova segurança pública e, sobretudo, uma novidade em democracia.

Fica evidente que a proposta do Plano Nacional de Segurança Pública veio para estabelecer um marco na elaboração de políticas públicas de segurança, com a finalidade de articular ações repressivas e preventivas quanto à criminalidade no país. Esse instrumento oportunizou a institucionalização de diversas diretrizes para ações de gestão, e as questões que envolvem a segurança pública não devem ser tratadas como política limitada de governo, mas como um

processo amplo e complexo que deve ser encarado pelo Estado, e também pela sociedade.

É importante mencionar que tanto o Plano Nacional de Segurança Pública como também a política de segurança pública praticados pelo governo federal não responderam satisfatoriamente às necessidades dos brasileiros quanto à segurança pública. Por isso, a partir de 2007, foi apresentado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), aprovado pela Lei nº 11.530 de 24 de outubro de 2007, um novo aparato na área de segurança pública, como ações que objetivaram articular políticas de segurança com ações sociais, por meio do planejamento de estratégias de segurança pública.

De acordo com o artigo 1º, fica instituído o PRONASCI a ser executado:

Art. 1º [...] pela União, por meio de articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública (BRASIL, 2007).

A partir do ano 2000, com o lançamento do Plano Nacional de Segurança Pública e a instituição do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) em 2007, os municípios passaram a ter compromisso com a produção e promoção de políticas de segurança, de modo especial a cidadã que realçou a “importância da inserção dos municípios ou do poder local na promoção de políticas de prevenção do crime e da violência” (MESQUITA NETO, 2006:6 *apud* MADEIRA e RODRIGUES, 2015, p. 9).

Atualmente está em vigor a nova Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social que instituiu o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com duração de 10 (dez) anos, e, com base neste, os municípios deverão elaborar e implantar seus planos em até 2 (dois) anos a partir da publicação do documento nacional [...] (Lei nº 13.675, 2018). De posse desse instrumento, a prefeitura tem o dever de investir na implantação e consolidação dos mecanismos de gestão, conforme escreve (KAHN, 2005): o poder municipal dispõe de diversos mecanismos capazes de potencializar a sua atuação no combate à criminalidade.

Assim, em 2015, a Prefeitura Municipal de Boa Vista elaborou o Plano Municipal de Segurança Pública, objeto de estudo dessa pesquisa, com diretrizes, estratégias e ações preventivas focadas na Guarda Civil Municipal.

Nesse contexto é importante conhecer a realidade histórica, socioeconômica e política desse espaço territorial.

2.3 Município de Boa Vista: contextualização histórica, socioeconômica e política (1980-2019)

O início do município de Boa Vista deu-se nos primórdios do século XIX quando pequenas fazendas foram instaladas no Vale do rio Branco, intensificando, assim, a presença do Estado. A

instalação da Fazenda Boa Vista, em meados de 1830, foi decisiva para o desenvolvimento da pecuária e do porto fluvial na região. Dessa forma, nascia o embrião do Município de Boa Vista criado em 9 de julho de 1890, desmembrando-se do Município de Moura, no Amazonas (SOUZA, 2011).

Posteriormente, em 13 de setembro de 1943, a cidade passou à condição de capital do Território Federal do Rio Branco. Após dezenove anos, no dia 13 de setembro de 1962, o Território Federal do Rio Branco passou a chamar-se Território Federal de Roraima, e com a criação do Estado em 05 de outubro de 1988, Boa Vista tornou-se capital do Estado de Roraima (Idem).

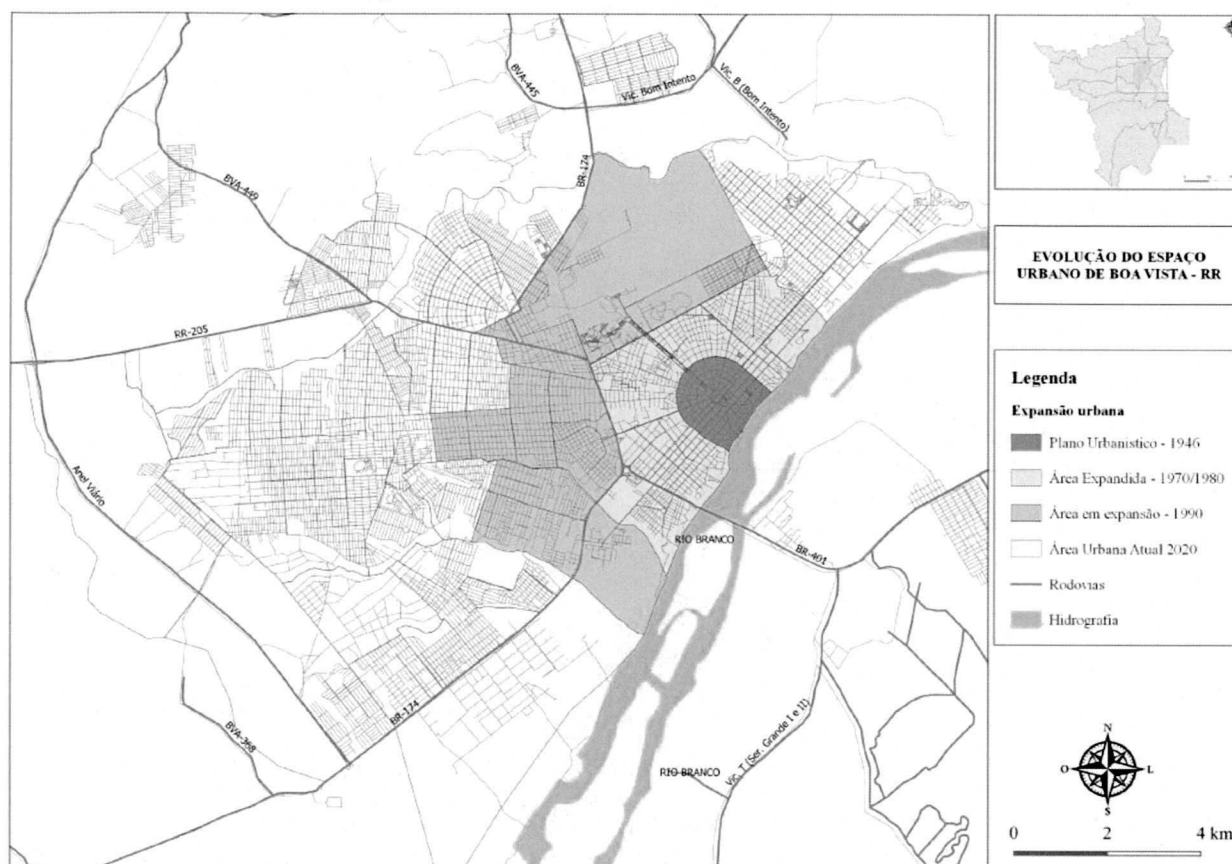
Atualmente, Boa Vista é uma cidade cosmopolita que, segundo Chaves (2018), apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 8,9 bilhões e um PIB *per capita* em 2017 de R\$ 26.924,00. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) em 2017 foi de 0,731 apontando queda conforme estudo pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), citado por Rocha (2017). A centralidade do setor de serviços, indústria, funcionalismo público e parte da agricultura em Boa Vista faz com que 73% do PIB de todo Estado esteja em um único local: a Capital (CHAVES, 2018).

É importante fazer uma memória, mesmo que sucinta, da ocupação territorial que já apresentava sinais visíveis desde os anos de 1940. Mas foi nas décadas de 1960 a 1980 que a explosão demográfica e territorial ocorreu com maior força. De 1980 a 1990, a corrida em busca por terras, ouro e diamante intensificaram o processo migratório, bem como os projetos de assentamento implantados pelo governo federal ou mesmo expandidos contribuíram para essa ocupação. Também, os programas federais de desenvolvimento, tanto urbano quanto rural colaboraram com o crescimento populacional de Boa Vista, como bem escrevem (SOUSA; SOUZA, 2016, p. 215):

[...], trazemos um comparativo das taxas de crescimento computadas pelo IBGE: No censo de 1980, a taxa média geométrica de crescimento populacional do Brasil era de 2,48%; de Roraima, de 6,83%; e de Boa Vista, 6,28%. Em 1991, respectivamente foram de 1,83%, 9,63% e 7,21%. No censo 2000, as taxas reduziram para 1,40%, 4,60% e 5,70%.

Os dados acima apresentados demonstram o crescimento extraordinário da população do Estado e da capital Boa Vista, em comparação com as taxas de crescimento em nível de Brasil. É evidente que o povoamento migratório nas últimas décadas constituiu-se de pessoas vindas de todas as regiões brasileiras mais precisamente do Nordeste, normalmente migrantes de baixa renda e pouca escolaridade. Esse fenômeno migratório apresentou diversas consequências para o município, conforme Figura 1.

FIGURA 1 - Evolução do Espaço Urbano de Boa Vista-RR.



Fonte: Elaboração: Oliveira, 2020.

O mapa intitulado Evolução do Espaço Urbano de Boa Vista-RR (Figura 1) permite compreender a ocupação e deslocamento desses grupos vindos dessas regiões do Brasil e, mais recentemente de países vizinhos, contribuindo para um novo traçado urbano do município. Segundo Burg; Costa; Falcão (2015, p. 04),

Até o final da década de 1970, a cidade de Boa Vista respeitou o traçado urbanístico [...]. A partir da década de 1980, o crescimento urbano dirigiu-se vertiginosamente para o setor sudoeste e oeste da cidade, desempenhado principalmente pelas classes menos favorecidas economicamente. As invasões foram ao longo desse processo, as mais comuns práticas de ocupação do solo na cidade de Boa Vista.

Sem dúvida, essas ocupações que se estabelecem para além da cidade planejada em 1946 permanecem marcadas como comunidades carentes de serviços, em sua maioria, até os dias atuais.

Atualmente, o fenômeno da imigração venezuelana vem trazendo para Roraima, precisamente para a capital Boa Vista, um número exorbitante de pessoas fugindo da crise política, econômica e social imposta pelo país de origem, conforme Tabela 1.

TABELA 1 - Evolução dos números populacionais dos municípios de Boa Vista e Pacaraima no Censo 2010 e estimativas 2015-2019.

MUNICÍPIO	CENSO 2010	ESTIMATIVAS/ANOS				
		2015	2016	2017	2018	2019
Boa Vista	284.313	320.714	326.419	332.020	375.374	399.213
Pacaraima	10.433	11.908	12.144	12.375	15.580	17.401

Fonte: Folha de Boa Vista – notícia – 30/08/2018-19; G1-Roraima – 29/8/2015.

Observando os dados acima, Boa Vista registrou crescimento de 12,8% no período compreendido de 2010 a 2015, enquanto que Pacaraima no mesmo período registrou um crescimento de 14,13% (G1-Roraima, 2015). No entanto, no período de 2018 a julho de 2019 o crescimento populacional do Estado de Roraima registrou um aumento de 5,1%. Em 2018, a população era estimada em 576,5 mil habitantes e em 2019 chegou a 605,7 mil, conforme dados da pesquisa de “Estimativa da População” realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (*apud* CHAVES, 2019).

Ainda nesse período, o município de Pacaraima apresentou taxa de crescimento de 11,7% de um ano para o outro. A capital Boa Vista apresentou crescimento de 6,4% o que corresponde a 23.839 pessoas a mais morando na cidade, conforme explicação do Supervisor de Documentação de Informações do IBGE Roraima, Liezer Pino (*apud* ROCHA, 2019):

Nós sabemos que esse aumento corresponde predominantemente aos venezuelanos, devido ao grande fluxo migratório que o estado vem sofrendo. Em Pacaraima, por conta da proximidade com o país e em Boa Vista, tendo em vista que a capital é um destino desejado pelos imigrantes em Roraima (documento eletrônico não paginado).

Diante dos índices o Estado apresentou um crescimento demográfico expressivo como jamais visto nas últimas décadas. Isso mostra, sem dúvida, que o fluxo de venezuelanos foi intenso, principalmente no ano de 2018. A estatística tem mostrado que os municípios de Pacaraima e Boa Vista tiveram suas estruturas afetadas com o número crescente de imigrantes venezuelanos.

Quanto ao aspecto político, desde o processo de democratização, a história política do município foi marcada por governos de direita, conforme o Quadro 1.

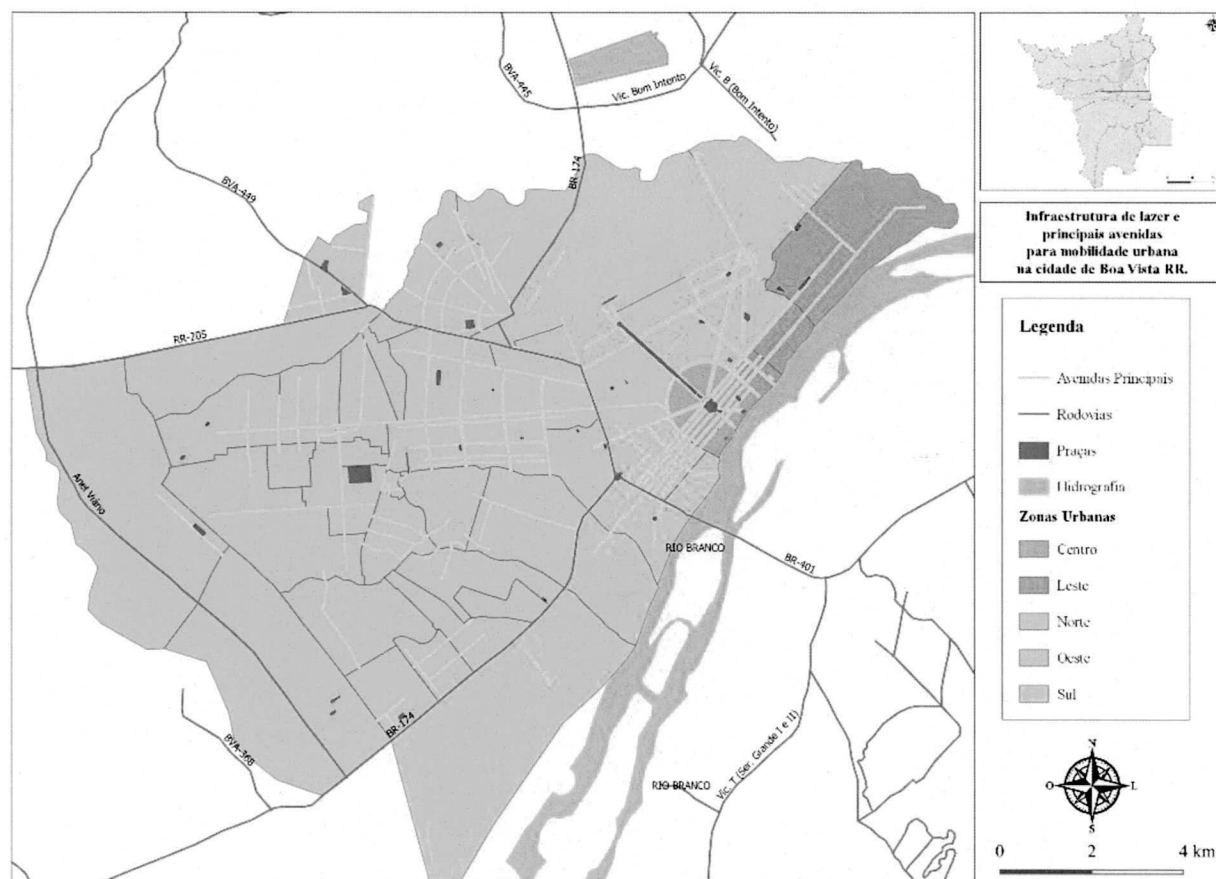
QUADRO 1 - Gestores municipais de Boa Vista

PERÍODO	PARTIDO	PREFEITO (A)
1986-1987	PMDB	Silvio de Castro Leite
1987-1988	PFL	Robério Bezerra de Araújo
1988	PFL	José Maria Gomes Carneiro
1989-1992	PFL	Barac da Silva Bento
1993-1996	PDS/PPR/PSDB	Maria Tereza Saenz Surita Guimarães
1997-2000	PTB	Ottomar de Sousa Pinto
2001-2006	PPS	Maria Tereza Saenz Surita Guimarães
2006-2008	PSB	Iradilson Sampaio de Souza
2009-2012	PSB	Iradilson Sampaio de Souza
2013-2020	PMDB	Maria Tereza Saenz Surita Guimarães

Fonte: Boa Vista 118 anos, em fatos e fotos, 2008.

A atual gestão de Boa Vista-RR está concluindo um ciclo de 05 (cinco) mandatos alternados à frente da Prefeitura Municipal, fazendo da cidade uma “Boa Vista: a Capital Modelo da Amazônia”, que apresenta um trânsito organizado com emprego operacional da Guarda Civil Municipal em pontos de fiscalização, ruas sinalizadas com condições de trafegabilidade, garantindo assim um trânsito mais seguro. Praças surgiram nos mais diversos bairros como espaços de lazer para a população, principalmente para as crianças que brincam em locais seguros. Dentre outros, esses são alguns benefícios que a população dispõe (G1-RORAIMA, 2019), conforme Figura 2.

FIGURA 2 - Infraestrutura da cidade de Boa Vista-RR.



Fonte: Elaboração: Oliveira, 2020.

O mapa que apresenta a Infraestrutura de Boa Vista-RR (Figura 2) é observado pelo traçado das avenidas, que a cidade possui um plano de mobilidade urbana, com isso o deslocamento das pessoas torna-se mais prático e o sistema de segurança tende a melhorar.

3 METODOLOGIA

Para a consecução dos objetivos da pesquisa são apresentados os caminhos metodológicos descrevendo as técnicas, métodos e procedimentos, assim como os instrumentos de coleta de dados.

Por sua vez, a pesquisa teve como área de estudo o Município de Boa Vista-RR e como local de realização do estudo a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito – Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR, Avenida Capitão Júlio Bezerra, 1481, 31 de Março, quando da realização das entrevistas, e na Universidade Estadual de Roraima (UERR), localizada na Rua 7 de Setembro nº 231, Canarinho, Campus Boa Vista, por ocasião do Seminário.

3.1 Quanto a Natureza da Pesquisa

Esta pesquisa foi classificada como pesquisa aplicada que, para Barros (2000, p.78) (*apud* SCHEDLER; SCHINEIDER, 2014) “[...] é aquela em que o pesquisador é movido pela necessidade de conhecer para aplicação imediata dos resultados. Contribui para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade”. Quanto aos fins é classificada como estudo de caso, de natureza qualitativa, aplicada na Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito/Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR. Segundo Gil (2010, p. 54), o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Desta feita, buscou-se adquirir conhecimentos e propor sugestões para os problemas identificados visando aprimorar o Plano Municipal de Segurança Pública do Município de Boa Vista-RR, quando da sua implementação.

3.2 Quanto as Formas de Abordagem

A abordagem foi trabalhada em duas fases, uma análise quantitativa no primeiro momento, e na fase seguinte a análise qualitativa. Para que os objetivos propostos na pesquisa e a pergunta levantada na introdução deste trabalho possam ser respondidos aplicou-se um questionário com questões de múltipla escolha, no ato da inscrição, para o público-alvo convidado para o Seminário “Segurança Pública: Desafio para os Municípios”, ocorrido nos dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2019, na cidade de Boa Vista-RR. O evento contou com a participação de servidores públicos municipal e estadual; guardas civis municipais; representantes da sociedade civil; graduandos dos cursos de Segurança Pública e Direito; mestrandos do curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania e convidados. Essa abordagem foi fundamentada no referencial teórico e no documento norteador dessa pesquisa (Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR).

A abordagem qualitativa baseou-se nas informações coletadas na fase anterior visando ampliar a investigação, incluindo novas proposições como a participação da sociedade civil

organizada na gestão de políticas públicas de segurança; a integração da Guarda Civil Municipal com as demais forças policiais presentes no Município de Boa Vista-RR e a contribuição de ações e/ou projetos descritos no plano vigente, para redução da violência e criminalidade na capital de Roraima, nas entrevistas e rodas de conversa.

Acerca da abordagem qualitativa, Godoy (1995, p. 58) afirma:

[...] é a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, para compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Gil (2010, p.94) corrobora dizendo que “[...] métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais.” Para Vieira (2009, p. 5), (*apud* RORIZ, 2011, p. 77) “na pesquisa qualitativa o pesquisador busca, basicamente, levantar opiniões, crenças, significado das coisas nas palavras dos participantes da pesquisa, mantendo a neutralidade’. É evidente que a característica qualitativa da pesquisa está presente na recolha de dados por meio da entrevista semiestruturada com os guardas civis municipais, lotados na Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito da Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR.

Segundo Sousa (2006, p. 378 *apud* TEMER; TUZZO, 2017), a entrevista é “a possibilidade de se obterem informações detalhadas sobre valores, experiências, sentimentos, motivações, ideias, posições e comportamentos, entre outras características dos entrevistados”. Para Gil (2010, p. 47), “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. No decorrer do Seminário, as questões aplicadas nos Grupos de Trabalho (GT's) foram baseadas no Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR, com a estratégia de rodas de conversa estimulando ampla troca de experiências, desabafos e opiniões, que conforme Martins (1989) os atos de concordar, discordar e complementar as falas promove o aprofundamento e maior reflexão das questões. Enfim, o tratamento dos conteúdos é submetido à realização de estatísticas descritivas, bem como as técnicas de análise qualitativa do fenômeno analisado.

3.3 Quanto aos Procedimentos Técnicos

Para Lakatos & Marconi (2011, p. 107) as técnicas de coleta de dados “são um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência; são, também, as habilidades para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos”. Portanto, para coleta de dados foram utilizadas referências bibliográficas, questionário, entrevistas e rodas de conversa aplicados no estudo de caso, onde foi adquirido conhecimento do problema levantado.

A pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2010) é aquela desenvolvida a partir de material já elaborado e disponível, constituído principalmente de documentos impressos em livros, artigos científicos, dissertações e teses. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Também foram utilizados documentos que ainda não receberam tratamento analítico, bem como informações que estão arquivadas na Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR/Secretaria Municipal da Segurança Urbana e Trânsito.

3.4 Diagnóstico

A seleção dos sujeitos participantes desta pesquisa aconteceu a partir da identificação de pessoas que, de algum modo, estão envolvidos com a política de segurança pública, assim como as que têm envolvimento com o objeto pesquisado.

O diagnóstico deu-se em três fases distintas: (1) por meio da inscrição, colocada à disposição do público alvo (servidores públicos estadual e municipal, graduandos dos cursos de Direito e Segurança Pública e mestrandos do curso do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania), para participarem do Seminário “Segurança Pública: Desafio para os Municípios”; (2) entrevistas com servidores municipais, lotados na Superintendência da Guarda Civil Municipal; da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito-Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR; e (3) as rodas de conversa, quando da realização do Seminário, serviram de suporte para as discussões a respeito das políticas públicas de segurança elencadas no Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR.

3.5 Coleta de Dados

As fontes de coleta de dados para análise deste estudo foram escolhidas de acordo com os objetivos específicos dessa pesquisa, assim como as metodologias utilizadas para atingir esses objetivos, conforme Quadro 2:

QUADRO 2 - Vinculação entre objetivos específicos, metodologia e fontes de coletas de pesquisa.

Nº	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METODOLOGIA	FORMA DE COLETA DE DADOS
1	Entender a atuação do município como ator nas políticas públicas de segurança.	Construção e análise do referencial teórico.	Livros, artigos científicos, dissertações, trabalhos apresentados em anais de congressos nacionais, documento sobre a Política Nacional de Segurança Pública.

2	Identificar as representações a respeito das políticas de segurança no município de Boa Vista-RR.	Análise documental.	Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR.
		Questionário.	Estudantes dos cursos de Direito; Segurança Pública e Mestrado em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, servidores municipal e estadual e representantes da sociedade civil.
		Realização de entrevistas.	Servidores Municipais (Guardas Cívicas Municipais).
3	Fortalecer as estratégias, diretrizes e ações do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR.	Realização do Seminário. Rodas de conversa.	Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR. Estudantes dos cursos de Direito; Segurança Pública e Mestrado em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania; Servidores Municipais (Guardas Cívicas Municipais, Agentes Municipais da Defesa Civil e Agentes Municipais de Trânsito); e representantes da sociedade civil.

Fonte: Roriz (2011, p. 83).

Os itens 1, 2 e 3 correspondem ao estudo de caso e as metodologias utilizadas foram: análise documental, aplicação de questionário, entrevistas e realização do seminário com a estratégia rodas de conversa.

3.5.1 Análise documental

A análise documental foi realizada a partir do levantamento de documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR/Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito, instituição estudada. Essa fase do trabalho teve como objetivo identificar informações relevantes relacionadas ao objeto de estudo. Os documentos necessários para realização desse estudo foram disponibilizados para acesso da pesquisadora pelo Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito, responsável pela pasta da Segurança Pública. Dentre os arquivos disponibilizados, destaca-se o Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR.

3.5.2 Questionário

A ferramenta para a coleta de dados preliminares foi o questionário com questões de múltipla escolha que buscam colher informações a respeito do instrumento pesquisado.

- a) A parte 1 teve como objetivo a caracterização dos participantes;
- b) A parte 2 teve como objetivo investigar o conhecimento dos participantes com relação ao Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR, as políticas públicas de segurança, como também de outros municípios, e seu conteúdo serviu de base para formulação do roteiro das

entrevistas (Apêndice A).

A partir da definição do público alvo, foram convidadas a participarem do Seminário 150 (cento e cinquenta) pessoas, assim distribuídas: 30 (trinta) vagas para representantes da sociedade civil; 10 (dez) vagas para servidores estaduais; 30 (trinta) para servidores municipais; e 20 (vinte) vagas para policiais militares e policiais bombeiros e, as demais, para graduandos e pós-graduandos. Feito por cartas-convite protocoladas e as inscrições disponibilizadas pelo site <https://www.uerr.edu.br/spdm>. Findado o prazo das inscrições, as vagas remanescentes foram disponibilizadas aos estudantes do curso de Direito.

3.5.3 Entrevistas

Nesta fase, o instrumento de coleta de dados é a entrevista realizada com os Guardas Civis Municipais para obtenção de dados que pudessem complementar as informações coletadas na fase anterior.

O roteiro de entrevista foi organizado de forma semiestruturada com questões relacionadas às políticas públicas definidas no Plano Municipal, sua aplicabilidade e o nível de participação da sociedade civil. Para melhor compreensão o Apêndice B ilustra as perguntas.

3.5.4 Rodas de conversa

Nesta fase da pesquisa utilizou-se a metodologia rodas de conversa, cujo objetivo é estimular processos coletivos de forma que o trabalho torne-se menos individualizado e possibilite o exercício do pensar compartilhado. Das vagas disponibilizadas ao público alvo para participarem do Seminário, foram preenchidas 149 (cento e quarenta e nove) vagas correspondendo a 99,33% dos participantes. Entretanto, na segunda etapa do evento apenas 86 (oitenta e seis) participantes, o que corresponde a 57,71%. Reuniram-se em grupos de Trabalho (GT's) por representação assim definidos: 11 (onze) da sociedade civil; 58 (cinquenta e oito) graduandos dos cursos de Direito, Segurança Pública, mestrandos do Curso de Mestrado em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania); e 15 (quinze) servidores municipais (Guardas Civis Municipais, Agentes Municipais da Defesa Civil e Agentes Municipais de Trânsito), para analisar questões relacionadas ao Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR, conforme aponta o Apêndice C.

Importante mencionar que nesta etapa da pesquisa os servidores estaduais foram excluídos por se tratar de número pequeno – o que não interfere nos resultados, como também gestores municipais e convidados, como já mencionados no projeto de pesquisa.

4 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADO DA PESQUISA E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo são feitas análises dos dados levantados pelos inscritos no Seminário, pelos servidores municipais entrevistados e participantes efetivos no Seminário.

4.1 Seminário

O Seminário “Segurança Pública: Desafio para os Municípios” como parte dessa pesquisa, realizado nos dias 31 de outubro e 1 de novembro de 2019, na Universidade Estadual de Roraima (UERR), em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação teve por finalidade propiciar debate sobre a temática de Segurança Pública, onde as discussões versaram sobre Segurança Cidadã: Como Desafio para os Municípios; Caminho de Combate a Violência; Políticas Públicas Municipais de Segurança Cidadã e Plano Municipal de Segurança Pública como instrumento de gestão, possibilitando a produção de conhecimento. No segundo momento, procedeu-se a análise das políticas de segurança elencadas no Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR.

Participaram do evento: professores do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, Guardas Civis Municipais, Agentes Municipais da Defesa Civil, Agentes Municipais de Trânsito, Servidores Estaduais, representantes da sociedade civil organizada, Graduandos dos Cursos de Direito e Segurança Pública e convidados especiais.

Os resultados do estudo estão apresentados a seguir, de forma a contemplar os objetivos propostos inicialmente.

4.1.1 Percepção dos Participantes Inscritos no Seminário

O instrumento de investigação utilizado nesta fase do trabalho permitiu recolher informações por meio de perguntas de múltipla escolha dos participantes inscritos no Seminário. Segundo (GIL, 2010, p. 126) “a construção do questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos.” O objetivo do questionário aplicado no ato da inscrição foi o de investigar o nível de conhecimento dos mesmos a respeito do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR, das políticas públicas de segurança, bem como de planos existentes em outros municípios.

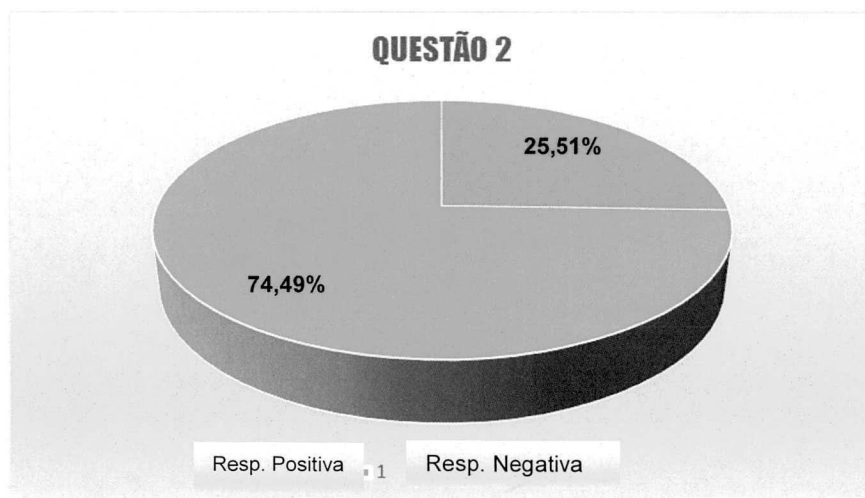
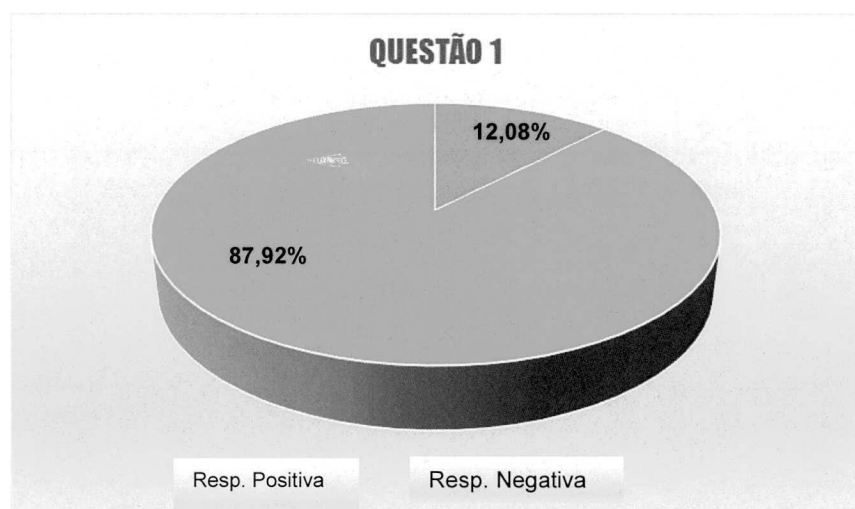
O Quadro 3 apresenta o indicador de resultado da pesquisa realizada com participantes do evento acima mencionado. O instrumento, com três questões ligadas ao tema do estudo, foi

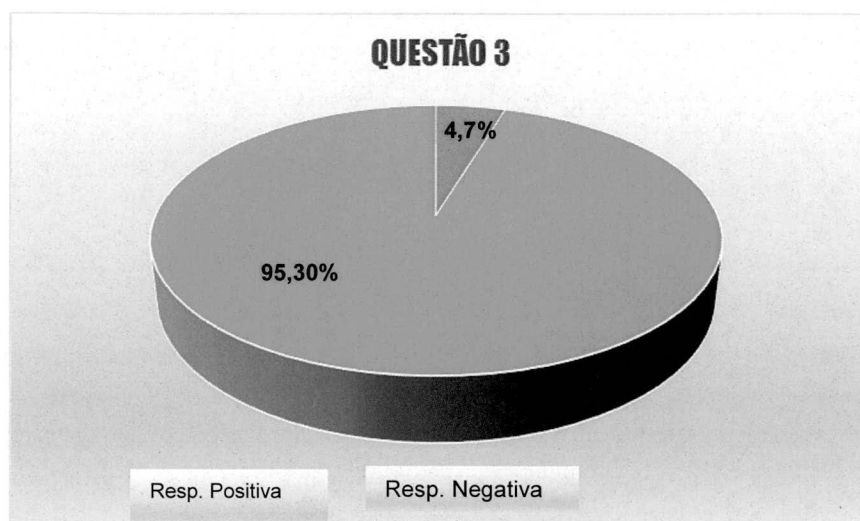
respondido por 149 (cento e quarenta e nove) pessoas, que corresponde a 100% de inscritos, conforme Figura 3.

QUADRO 3 - Caracterização da Amostra: Questionário

QUESTÕES	Afirmativa Absoluta (%)	Afirmativa Relativa (%)	Negativa Absoluta (%)	Negativa Relativa (%)	Total Absoluto de Respondentes	Total Relativo de Respondentes (%)
1 - Você conhece as políticas de PMSP da BV-RR	18	12,08	131	87,92	149	100
2 - O seu local de trabalho e/ou estudo tem relação com a segurança cidadã?	38	25,51	111	74,49	149	100
3 - Você conhece pelo menos um Plano Municipal de segurança Pública de alguma cidade brasileira?	7	4,7	142	95,3	149	100

FIGURA 3 - Caracterização da Amostra: Questionário.





Analisando a Figura 4 percebe-se que a segunda questão apresenta o maior resultado positivo, 25,51%. Embora essa questão tenha apenas o caráter informativo, foi de grande importância, pois mesmo se o local de trabalho e/ou estudo apresentasse esse percentual, somente 12,08% responderam positivamente a questão 1. Significa dizer que 13,43%, mesmo trabalhando em uma Secretaria de Segurança Pública, seja ela municipal ou estadual, ou ainda graduandos de um curso de bacharelado em Segurança Pública e Direito, o Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR não é conhecido como instrumento de gestão que pode contribuir para redução da violência e criminalidade. E somente 4,70% têm conhecimento desse instrumento de gestão de alguma cidade brasileira.

Quando se olha para os gráficos 1 e 3, nota-se que os percentuais de respondentes que afirmam não conhecer as políticas públicas de segurança presentes no Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista, como também o plano de outras cidades brasileiras são maiores do que os percentuais que indicam as afirmativas. Isso quer dizer que dos 149 (cento e quarenta e nove) inscritos, 57,71% não possuem conhecimento a respeito do tema.

Os dados obtidos nesta fase permitiram à pesquisadora selecionar as técnicas mais apropriadas para o seguimento do trabalho, decidindo a respeito das questões que precisavam de maior atenção nesse processo de investigação. Assim, as informações coletadas subsidiaram o passo seguinte, que foi a entrevista com servidores municipais lotados na Superintendência da Guarda Civil Municipal.

4.2 Entrevista com os Servidores Municipais

É importante registrar que, nesta fase da pesquisa, a amostra consistiu em 10 (dez) Guardas Civis Municipais que trabalham internamente na Secretaria Municipal de Segurança Urbana e

Trânsito, exercendo cargo de gestão. Quanto ao perfil dos pesquisados obteve-se os resultados a seguir:

- (1) Os 10 (dez) pesquisados são do quadro permanente da instituição e adentraram à mesma por meio de concurso público;
- (2) Tempo de trabalho em cargo de gestão: um respondeu que exerce o cargo há 7 (sete) anos; 08 (oito) pesquisados trabalham de três a cinco anos na área de gestão e apenas um pesquisado exerce o cargo há menos de um ano;
- (3) Quanto ao nível de satisfação, observa-se que todos os respondentes consideram que o clima organizacional é importante para se sentirem satisfeitos: trabalhar no que gosta e com pessoas comprometidas – foram os itens mais citados pelos participantes.

Esta fase da pesquisa teve como objetivo identificar o nível de conhecimento das ações traçadas no Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR, sua influência na vida dos cidadãos, bem como a participação da sociedade civil organizada na elaboração do referido documento.

Optou-se por não transcrever na íntegra a fala dos entrevistados como forma de preservar suas identidades.

Pelas respostas providas da entrevista com os servidores municipais é possível identificar a falta de conhecimento a respeito do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR.

Pode-se verificar, por meio da interpretação das respostas obtidas de um colaborador que as metas, estratégias e ações inseridas no Plano Municipal são objetos de Plano de Governo traçado no mandato da atual gestão. Os demais colaboradores relataram não conhecer o Plano Municipal de Segurança Pública, mas reconhecem o quanto está sendo feito pela atual gestão para melhorar a segurança na cidade. Nota-se que não há uma ideia clara por parte dos entrevistados do que seja um Plano de Segurança.

Por isso, deve-se atentar ao conceito de Plano de Segurança que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil definiu:

Plano de Segurança é uma ferramenta de gestão local utilizada para definir as diretrizes, ações e metas para reduzir e prevenir a violência urbana, garantindo a vida, liberdade, integridade, mobilidade urbana e o direito ao trabalho e ao patrimônio das pessoas, em um determinado território (Guia do Plano Integral e Participativo em Convivência e Segurança Cidadã, 2016, p. 10).

O Plano Municipal de Segurança deve buscar o aprimoramento e a otimização da estrutura político-administrativa do órgão responsável pela segurança pública municipal, articulando e integrando todos os serviços realizados pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito, às comunidades e às demais Secretarias e agências de Defesa Social.

Ao serem questionados sobre a integração da Guarda Civil Municipal com outras forças policiais, as respostas demonstraram que, quando necessário, atuam conjuntamente com órgãos policiais (policia militar e civil) em algumas ações como, por exemplo, blitzes educativas e abordagem para conferência de documentos, garantindo a manutenção da ordem pública, mas essas ações por si só não bastam. A Administração Municipal tem que ser protagonista nesse processo de integração, como bem afirma o Plano Municipal de Betim-MG: “Está cada vez mais claro que segurança pública se faz com inteligência, planejamento e ação integrados”. (BETIM SEGURA, 2017, p. 6).

Com efeito, os órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) são responsáveis pela implementação dos respectivos programas, ações e projetos de segurança pública. Portanto, a integração e a coordenação dos referidos órgãos devem ocorrer em conformidade com o § 2º, do artigo 10, da Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018⁴.

Perguntado sobre a participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Segurança Pública e na elaboração de políticas públicas, observou-se pelas respostas dos entrevistados que a participação da sociedade civil no controle das ações públicas ainda é uma realidade distante, pois não é dada a devida importância no processo de participação, no controle sobre as ações do estado que, por certo, não atendem os interesses coletivos. Com isso, a constituição de Conselho Municipal de Segurança Pública não é considerada prioridade por parte da gestão pública, assim como a participação da sociedade na formulação de políticas públicas. Contudo, a Lei nº 13.022 de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, no inciso IX, do artigo 5º, prevê que a Guarda Civil Municipal deve “interagir com a sociedade civil para discussão de solução de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades.”

De acordo com Silva (2010, p. 36) “o conceito de controle social está relacionado com o envolvimento dos atores sociais no planejamento, monitoramento e verificação se tal plano foi executado e suas ações alcançaram os objetivos esperados e se efetivamente proporcionou benefícios a sociedade.”

De tal modo, o controle social serve como um mediador das ações de governo por meio de acompanhamento das políticas públicas, do planejamento à avaliação.

Chama atenção o fato de nenhuma questão relacionada à violência e criminalidade ter sido apontada pelos participantes da pesquisa. Isso reforça que as políticas de segurança municipal precisam ser efetivadas a partir do diagnóstico situacional.

⁴ § 2º do Art. 10: As operações combinadas, planejadas e desencadeadas em equipe poderão ser ostensivas, investigativas, de inteligência ou mistas, e contar com a participação de órgãos integrantes do Susp e, nos limites de suas competências, com o Sisbin e outros órgãos dos sistemas federal, estadual, distrital ou municipal, [...].

4.3 Percepção dos Participantes nas Rodas de Conversa

Este tópico apresenta os resultados obtidos nas rodas de conversa, quando da realização do Seminário. Na ocasião, foi questionado aos participantes sobre a atuação do município como ator de políticas públicas de segurança e, como as ações e projetos têm contribuído para a redução da violência e criminalidade. Um dos aspectos mais relevante, antes mesmo dos participantes apontarem seus pontos de vista, foi a apropriação do objeto de estudo (Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR) como material de aprendizado para o enriquecimento do debate.

A partir desse estudo os participantes iniciaram os trabalhos e informaram que a atuação do município tem influenciado positivamente algumas políticas. Segue os relatos:

- a) No grupo de trabalho 1 foi dito que nos últimos anos, os esforços têm se concentrado no aumento do efetivo da Guarda Civil Municipal, que atualmente está dividida em quatro grupamentos: Grupo Tático Municipal, Defesa Civil Municipal, Ronda Ostensiva Municipal e Ciclo Patrulha Municipal; Na capacitação dos agentes; Na criação e melhoria de espaços públicos, como sinalização de trânsito, iluminação pública, praças e quadras de esportes; e Na cobertura setorial (Setores 1 e 2). Indicaram como sugestão que nas áreas mais vulneráveis, reforçar a vigilância; Incluir no Plano Municipal a Superintendência de Trânsito com ações de prevenção e educação para o trânsito, por meio de palestras nas escolas municipais, em empresas privadas, universidades, blitz educativa nas vias da Capital e zonas rurais;
- b) O grupo de trabalho 2 diz que o município precisa melhorar sua atuação como ator de políticas públicas, pois trabalha com efetivo de Guardas Civis Municipais abaixo do necessário e o número de viaturas pequeno para um trabalho mais efetivo; Precisa também da atuação da polícia comunitária; Formação técnica que desperte nos policiais a sensação de pertencimento à comunidade; Pensar na saúde dos policiais e capacitação continuada, especialmente, com abordagem nos cuidados de si; Utilizar guardas civis municipais com formação superior para fazer um trabalho continuado especialmente no ambiente escolar, associações de bairro; Cooperação técnica multiprofissional para trabalhar a educação preventiva de combate à criminalidade e drogadição;
- c) O terceiro grupo de trabalho fala que pelo menos aparentemente o município apresenta presença tímida da Guarda Civil Municipal que necessita demonstrar maior presença, a fim de transmitir mais segurança; Dar mais autonomia aos agentes de segurança para que atuem de forma mais incisiva, e saiam do patrulhamento exclusivo dos prédios públicos municipais, para atuarem na segurança dos moradores da cidade.

A discussão sobre a problemática das políticas públicas de segurança é importante por destacar imensos desafios quanto à atuação do município de Boa Vista-RR como ator dessas políticas, mas também é importante entender que política de Estado é toda ação amparada pela Constituição. Enquanto que política de governo pode depender da alternância de poder, pois cada governo tem seus projetos que se transformam em políticas públicas.

Para Teixeira (2002, p. 3) políticas públicas são:

diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Cabe ressaltar que as políticas públicas exprimem, no seu processo de preparação e efetivação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político. Por isso, elaborar uma política pública significa definir “quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem” (Idem). É importante lembrar que, a partir do século XX surgiu uma nova e importante função do Estado, que é a promoção do bem-estar social. Dessa maneira, as políticas públicas, quando definidas, visam responder a demanda dos setores mais desprovidos da sociedade, considerados como vulneráveis.

Assim, definir políticas públicas, de modo especial, de segurança é uma estratégia que precisa ser discutida com a comunidade e necessária para o planejamento de ações de governo, seja em nível municipal, estadual ou federal. Por isso, o diagnóstico situacional e o institucional devem ser realizados para que essas políticas sejam formuladas a partir da realidade das pessoas, como também das instituições inseridas no Município.

Para melhor compreensão, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil conceitua o diagnóstico situacional como:

[...] levantamento e análise de dados que quantifiquem a criminalidade, sob o ponto de vista das ocorrências registradas, da descrição do perfil socioeconômico do espaço estudado e das vítimas, ou potenciais vítimas, das percepções e experiências dos residentes naquele espaço (Guia do Diagnóstico Integral e Participativo em Convivência e Segurança Cidadã, 2016, p. 12).

É importante conhecer a realidade do trabalho de profissionais em diferentes espaços da Segurança Pública. Assim, o diagnóstico institucional é conceituado como sendo:

[...] levantamento de informações junto a instituições [...] envolvidas direta ou indiretamente na temática da Convivência e Segurança Cidadã, com o objetivo de descrever e avaliar suas capacidades e potencialidades para gerir as estratégias que reduzem e previnem o crime e a violência. (Idem).

Por isso, o diagnóstico deve ser construído com dados vindos da participação das pessoas que atuam no local pesquisado. Logo, conhecer a realidade que a comunidade está inserida é fundamental para o planejamento estratégico que permite desenvolver ações voltadas aos problemas encontrados.

O segundo ponto discutido nas rodas de conversa diz respeito à forma de como os projetos e/ou ações presentes no atual Plano Municipal têm contribuído para redução da violência e criminalidade. De acordo com os grupos de discussão, observa-se que as respostas a respeito dos atos de violência diárias que se estabeleceram na cidade demonstram que os esforços emanados pela gestão local não tem sido suficientes para minimizar a ausência de segurança.

Perguntou-se aos participantes o que poderia ser feito para mudar essa situação. A seguir algumas sugestões:

- a) Observar os estudos e casos de sucessos na área de segurança pública em outros municípios, estados e até mesmo outros países, analisando a viabilidade e se for pertinente, aplicá-los no município; Fiscalização rotineira e efetiva das ações diárias da Guarda Civil Municipal e, também, dar resposta efetiva à população que sofreu um delito civil e até mesmo o delito penal, foi dito pelo grupo de trabalho 1.
- b) O segundo grupo fala sobre a valorização do profissional policial, com a melhoria do ambiente de trabalho; Trazer o guarda municipal para próximo da sociedade com olhar preventivo, discutindo junto com ela suas dificuldades;
- c) Aumentar o efetivo da Guarda Civil Municipal e integrá-los com as demais forças de segurança a fim de atender os setores de maior incidência em ocorrências infracionais é o que o grupo de trabalho 3 tem com sugestão.

Conforme menciona Viana (2013), a violência e criminalidade nos últimos anos têm tido um aumento exacerbado, tais como: “rebeliões simultâneas que se espalha e atravessa o tecido urbano do estado, roubo, sequestro, homicídios, brigas de trânsito, violência doméstica, corrupção, tráfico de drogas, armas, contrabando, entre outros; com grave violência à dignidade humana [...]”. Tudo isso causa ansiedade e sensação de instabilidade, provocando reações de perigo e medo na população que espera “dos órgãos responsáveis e corresponsáveis pela segurança”, a reversão desse quadro catastrófico. (Idem)

É relevante destacar que a Constituição Federal de 1988 garante em seu artigo 144, que a Segurança Pública é dever do Estado e responsabilidade de todos e é exercida para a preservação da ordem pública. Porém, a responsabilidade estatal está em garantir recursos humanos e materiais tecnológicos para o desenvolvimento de atividades voltadas à manutenção da paz social.

Apesar de o texto constitucional mencionar a segurança pública como tarefa a ser compartilhada, sabe-se que as ações na prática cotidiana, em sua maioria, são exercidas pelos governos estaduais. Todavia, o município está se firmando como mais um ator nesse cenário, mostrando sua força como poder local nesse campo de atuação.

4.4 Recomendações à Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR

A partir do cenário aqui exposto, apresentam-se algumas recomendações que podem ser utilizadas pelos gestores municipais no sentido de aprimorar o processo de implementação do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR, objetivando o entendimento por parte dos servidores e sociedade em geral.

4.4.1 Recomendação I – Difusão

É compreensivo que todo e qualquer processo nas instituições passa por modificações que precisam ser entendidas por todos. Nota-se em relação ao Plano de Segurança a necessidade de difundir seus objetivos, estratégias e ações; o entendimento dos papéis dos envolvidos é o que se espera de cada um. Essa difusão deve partir de reuniões, estudos com os servidores públicos, comunidade e sociedade civil organizada envolvida no processo, para que busque esclarecer dúvidas e que o entendimento seja do que deve ser, e não do que cada um dos envolvidos pensa ser o Plano de Segurança.

Nota-se ser fundamental os colaboradores entenderem para que serve o Plano de Segurança e quais os benefícios que esse instrumento pode trazer para o território⁵.

O principal problema detectado é a falta de conhecimento a respeito do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR, aliada à deficiência de comunicação. Como oportunidade de melhoria, recomenda-se: (1) Elaborar o plano de trabalho para apresentar aos servidores municipais, comunidade e sociedade civil organizada, membros que compõem o grupo de trabalho, do plano estratégico de como vai ser feito o Diagnóstico Integral, considerado uma ferramenta capaz de subsidiar o trabalho do governo local e dos gestores na identificação das áreas mais necessitadas de cuidados especiais e no fortalecimento das equipes.

Com esse propósito, apresenta-se o Quadro 4 contendo as etapas do Diagnóstico Integral e Participativo.

⁵ Território [...] é a base do trabalho, da residência, das trocas; ali se concretizam as relações sociais, de vizinhança, de solidariedade, de poder, ou seja, a convivência. [...]. Uma região, um município, um aglomerado e até mesmo um Estado pode ser entendido como um território e é ali que as ações de convivência e segurança cidadã irão incidir. (Guia do Diagnóstico Integral e Participativo da Convivência Cidadã).

QUADRO 4: Etapas do Diagnóstico Integral e Participativo

ETAPAS DO DIAGNÓSTICO INTEGRAL E PARTICIPATIVO						
PLANO DE TRABALHO	COLETA DE DADOS	ANÁLISE	VALIDAÇÃO	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	DIVULGAÇÃO	DESENVOLVIMENTO DO PLANO
Elaboração do Plano de Trabalho com o Ponto Focal e o Comitê Local.	Coleta de dados situacionais e institucionais do território: dados estatísticos criminais e sociais, entrevistas, grupos locais com os diversos grupos envolvidos.	Análise dos dados de forma integral, intersetorial e transdisciplinar	Processo coletivo e participativo de legitimação dos resultados encontrados.	Avaliação do método do Diagnóstico.	Difusão dos resultados encontrados, por meio da produção de cartilhas, vídeos, matérias etc.	Elaboração do Plano Local Integral e Participativo de Convivência e Segurança Cidadã a partir dos achados do Diagnóstico.
Divulgação e discussão do Plano de Trabalho entre os diversos setores público, comunitário, acadêmico e privado.				Monitoramento dos resultados encontrados.		
Mobilização para a coleta de dados.						

Fonte: Guia do Diagnóstico Integral e Participativo da Convivência Cidadã, p. 16.

4.4.2 Recomendação II – Integração e Participação

Na perspectiva da convivência e segurança cidadã, podem-se considerar alguns fatores que remetem o olhar para violência e à criminalidade como problemas a serem vencidos com o envolvimento e comprometimento de todos os envolvidos com a segurança pública.

Acredita-se que a integração da Guarda Civil Municipal com as demais polícias representa um esforço conjunto da Prefeitura com as forças de segurança que atuam no território, no sentido de reduzir a criminalidade. Com isso, recomenda-se: (1) que a Guarda Civil Municipal atue ativamente em operações conjuntas, compartilhando informações com as polícias civil e militar, respeitando as competências de cada um; (2) formação continuada com técnicas voltadas ao desempenho nas operações conjuntas; (3) efetivação do Grupo de Gestão Integrada Municipal (GGIM) como ferramenta de gestão que reúne as instituições que incidem sobre a política de segurança no município; (4) promoção de ações conjuntas e sistêmicas de prevenção e enfrentamento da violência e da criminalidade; (5) desenvolvimento da interlocução entre instituições responsáveis pela segurança pública por meio de reuniões, como também do desenvolvimento de planos, programas e ações conjuntas voltadas para a prevenção dos delitos e repressão da criminalidade em áreas determinadas. No município de Boa Vista-RR esse Grupo de Gestão foi criado pelo Decreto

nº 152/E de 14 de setembro de 2012 e publicado no Diário Oficial do Município-DO de 19 de setembro de 2012.

Quanto à participação da sociedade civil, no campo da segurança, vem ao longo do tempo ganhando espaço no processo de tomada de decisão, como previsto no Plano Nacional de Segurança Pública (2000, p. 4).

A solução para a complexa e desafiadora questão da segurança exige o efetivo envolvimento de diferentes órgãos governamentais em todos os níveis, entidades privadas e sociedade civil. Busca-se, com o estabelecimento de medidas integradas, aperfeiçoar a atuação dos órgãos e instituições voltadas à segurança pública em nosso País, permitindo-lhes trabalhar segundo um enfoque de mútua colaboração.

A partir do Plano Nacional de Segurança Pública de 2000, vários outros documentos foram apresentados e as menções à sociedade civil organizada sempre estiveram presentes. Por isso, recomenda-se: (1) a criação e efetivação do Conselho Municipal de Segurança Pública garantindo a participação da sociedade civil nesse espaço democrático e (2) a ampliação da participação popular nos fóruns de debates em níveis municipal e comunitário de segurança pública.

4.4.3 Recomendação III – Definição de Prioridade

A elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública tem seu início a partir dos dados obtidos com o Diagnóstico, este subsidia a definição das áreas de atuação do Plano, assim como os programas e projetos necessários para cada uma dessas áreas. Destaca-se que a elaboração e implementação do Plano necessitam ter a participação do poder público, comunidade e sociedade civil organizada, sendo necessário entender que as pessoas envolvidas nesse processo conseguem se perceber como parte do problema e também da solução.

O objetivo principal do Plano é indicar soluções para os problemas mostrados pelo Diagnóstico. Esse instrumento é norteado pelo conceito de “Convivência e Segurança Cidadã”, de modo que sua construção garanta o trabalho intersetorial, a participação social, o foco no trabalho local, ações preventivas e no limite da lei ações repressivas (Guia do Plano Integral e Participativo, m Convivência e Segurança Cidadã, 2016, p. 10). Portanto, não existe um modelo único de construção do Plano que possa ser aplicado em qualquer território. Ao contrário, é conhecendo e valorizando as especificidades locais que se consegue propor ações mais eficazes (Idem).

Assim, a elaboração e/ou implementação do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR precisa ser trabalhada de forma participativa envolvendo nesse processo todos os níveis do poder público municipal, estadual e federal presentes no município, para que possa enfrentar os grandes desafios relacionados à segurança. Por isso, recomenda-se: (1) utilizar, de acordo com a

realidade local, a metodologia participativa apresentada pelo Guia do Plano Integral e Participativo em Convivência e Segurança Cidadã; (2) que a equipe de gestores municipais proporcione o estudo do referido Guia aos servidores envolvidos com a segurança, bem como os servidores que trabalham com a gestão social e que essas recomendações possam servir de parâmetros para um processo participativo.

Para o acompanhamento da elaboração e/ou implementação do Plano, recomenda-se: (1) a formação de uma equipe técnica formada por profissionais com conhecimentos específicos na temática de Segurança Cidadã; (2) formação do Comitê Gestor local formado pelos três níveis de governo, três níveis de poder, comunidade e iniciativa privada. Vale lembrar que esse comitê é uma instância de acompanhamento.

Esse trabalho mostrou que existem forças, mas também fraquezas que podem impedir a obtenção de resultados eficazes. Por isso, espera-se que as recomendações possam auxiliar com maior eficiência e eficácia a elaboração e/ou implementação do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR e que os resultados sejam satisfatórios.

Deste modo, por entender que toda pesquisa não se limita aos resultados nela apresentados e, levando-se em considerações as limitações do trabalho, apresenta-se como sugestões as Etapas de Construção do Plano e os Eixos do Marco Conceitual da Convivência e Segurança Cidadã.

QUADRO 5: Etapas de Construção do Plano

PRIORIZAÇÃO DAS ÁREAS	FORMAÇÃO DOS GTs	INTERCÂMBIO EXPERIÊNCIAS	SISTEMATIZAÇÃO DOS GTs	FORMATAÇÃO DO DOCUMENTO GERAL
Reunião ampliada para definição das áreas de intervenção prioritárias, sendo pelo menos uma área para cada um dos eixos.	Formação dos Grupos de Trabalho (GTs) correspondentes a cada área priorizada.	Realização do Intercâmbio de Experiências para apoiar os GTs na elaboração dos projetos.	Encontro ampliado entre Equipe Técnica, Ponto Focal e coordenadores dos GTs para apresentação, socialização, e sistematização dos projetos e elaboração do documento preliminar.	Com o auxílio do Ponto Focal e do chefe do executivo, devem-se refinar os projetos, pactuar decisões e formatar o documento final do Plano.
Discussões internas para pactuar e alinhar o conceito.	Realização dos encontros dos GTs para definição e elaboração dos projetos que irão compor o Plano.			O documento final deve ser estruturado de acordo com os eixos do Marco Conceitual.
DIVULGAÇÃO DO PLANO	PROJETOS PRIORITÁRIOS	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	SUSTENTABILIDADE	
Divulgar amplamente o Plano por meio de apresentações, audiências, cartilhas etc.	Eleição de quatro projetos prioritários para serem detalhados, executados, monitorados e avaliados.	Criação do Grupo de Monitoramento e Avaliação para acompanhar o andamento das ações e definir os indicadores e o sistema de monitoramento.	Buscar estratégias para garantir a sustentabilidade do Plano, tais como: <ul style="list-style-type: none"> • Participação de diversos atores sociais. • Inserção da temática na agenda pública. • Capacitações e formações e empoderamento da sociedade civil e do 	

			governo.	
Trabalhar em parceria com a Comissão de Comunicação.	Formação e capacitação do Grupo de Elaboração de Projetos.			

Fonte: Guia do Plano Integral e Participativo, em Convivência e Segurança Cidadã, p. 13.

4.4.4 Eixos do Marco Conceitual da Convivência e Segurança Cidadã

Na perspectiva da Convivência e Segurança Cidadã, oito fatores (ou eixos) associados à violência e à criminalidade refletem o entendimento de que as soluções para esses problemas são múltiplas e interligadas. Na elaboração do Plano Integral e Participativo é importante atentar para esses pontos e compreender o que cada um deles abarca, para que, desse modo, os projetos priorizados contemplem todos os aspectos necessários para garantir um impacto na prevenção à violência. Assim, as seguintes questões devem ser consideradas em cada eixo:

- (1) **Fortalecimento da Coesão Social** – Refere-se à presença dos mecanismos de inclusão social (emprego, educação, políticas de equidade, bem-estar e proteção social) e aos comportamentos dos cidadãos (confiança nas instituições, capital social, pertencimento, solidariedade, aceitação de normas de convivência e participação deliberativa nos espaços públicos coletivos).
- (2) **Redução de Fatores de Risco** – Está relacionada aos fatores que contribuem para aumentar as chances das pessoas de se tornarem vítimas ou agentes da violência, tais como vulnerabilidade social, porte e uso de armas, venda e consumo de drogas ou álcool, entre outros.
- (3) **Prevenção à Violência, Integrações e Contra a Mulher** – Nessa categoria estão as políticas para proteger crianças, jovens, idosos e mulheres contra a violência, buscando o fortalecimento das políticas e dos equipamentos públicos já existentes que realizam prevenção, proteção e enfrentamento relativos à violência intergeracional e contra a mulher.
- (4) **Contextos Sociourbanos Seguros** – Refere-se a ações para a criação de espaços seguros que têm como objetivo melhorar a segurança nas áreas públicas urbanas, buscando a participação da comunidade em seu planejamento, criação ou recuperação e até mesmo em sua administração.
- (5) **Efetividade do Sistema de Segurança Pública e de Justiça** – Nessa categoria dá-se destaque à integração dos sistemas de segurança pública e justiça. Projetos nessa área devem buscar o acesso à justiça aos cidadãos, assim como garantir infraestrutura de

trabalho aos integrantes desse sistema e uma melhora na relação entre polícias e comunidades.

- (6) **Prevenção e Controle de Delitos** – Na busca pelo controle de delitos em nível local, pode-se pensar em ações de prevenção, como: projetos de inserção no mercado de trabalho ou atividades esportivas e culturais para famílias ou grupos em vulnerabilidade social, ações de desarmamento; fiscalização das fronteiras para impedir o tráfico de drogas e armas; ações para coibir corrupção, lavagem de dinheiro, recebimento de propinas, tráfico de pessoas, roubo de cargas; além de projetos para apoiar pessoas que desejam se desvincular de grupos ou organizações criminosas.
- (7) **Desenvolvimento das Capacidades Institucionais** – O governo local deve ser o catalisador da integração entre as políticas públicas existentes, o sistema de justiça, a Segurança Pública e os cidadãos. Assim, a geração de condições de governabilidade que favoreçam a construção e a eficiência das capacidades institucionais de gestão local é muito importante, que pode ocorrer por meio de capacitação, treinamento, cursos entre outras ações.
- (8) **Fortalecimento da Participação Social** – A participação é um elemento central que permite o envolvimento e a apropriação da comunidade em todas as etapas de uma iniciativa em Convivência e Segurança Cidadã, fazendo com que a sociedade se veja como parte do problema, mas também da solução, o que contribui para a sustentabilidade das ações. (Guia do Plano Integral e Participativo, em Convivência e Segurança Cidadã, p. 16).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho assumiu o desafio de analisar as políticas públicas de segurança e defesa social do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR. Dessa forma, entender a atuação do município como ator nas políticas públicas de segurança, baseada na criação e fortalecimento de estratégias, diretrizes e ações definidas no referido Plano. Além disso, identificar a percepção social das políticas públicas de segurança no Município de Boa Vista-RR.

A pergunta norteadora dessa pesquisa consiste em responder se as políticas públicas definidas no Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR estão sendo aplicadas em conformidade com o interesse social. Essa pergunta reflete a preocupação que a gestão municipal deve ter em inserir esse projeto numa pauta de discussão, permitindo aos servidores e sociedade civil organizada um embasamento mais técnico a respeito do objeto de estudo, bem como a

possibilidade de formação de equipes de trabalho para a implementação de novas políticas públicas de segurança.

Percebe-se que, para isso, é necessário um entendimento dos planos de segurança e defesa social em nível nacional, estadual e local, buscando consolidá-los como mecanismo de gestão capaz de potencializar suas atenções no combate a violência, por isso a implementação do Plano e consequentemente as políticas públicas de segurança, representa a tentativa de compreender as etapas de elaboração e/ou implementação do referido plano.

Considera-se, sem dúvida, que o grande desafio durante todo o transcurso da pesquisa foi a realização da coleta de dados por meio de entrevistas individuais com gestores municipais e as rodas de conversa com o público participante do Seminário “Segurança Pública: Desafio para os Municípios”. O desenvolvimento do tema – Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social: Desafio para o Município de Boa Vista-RR permitiu a essa pesquisadora articular muito dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso com a prática de Seminários e Debates Acadêmicos; Jornada de Estudos sobre Segurança Pública e Direitos Humanos; Simpósios e Congressos em busca dos objetivos propostos.

Também ficou evidente no decorrer das diversas fases do trabalho o desconhecimento dos pesquisados a respeito do que seja um Plano de Segurança Pública. A pesquisa apontou, também, as limitações da Guarda Civil Municipal em realizar ações combinadas com as demais polícias e a não participação da sociedade civil organizada, como controle social, foram enumeradas na fase de coleta de dados.

Dessa forma, cabe a gestão municipal implementar um novo modelo de gestão capaz de fomentar a participação de todos os níveis de governo, como também da sociedade civil na elaboração e/ou implementação do Plano Municipal de Segurança Pública com maior autonomia, onde o planejamento tradicional seja rejeitado definitivamente e dê lugar a um planejamento realista, participativo e integral, capaz de facilitar o diálogo entre a sociedade civil e a gestão municipal.

Todas essas considerações levam a conclusão que o estudo de alternativas existentes para a elaboração e/ou implementação do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista-RR é necessário ser divulgado, disseminado e, também, socializado, para que não se perca pelo descuido, pelo esquecimento e nem pelo desconhecimento. Portanto, conclui-se que a gestão municipal, mesmo tendo elaborado um Plano em 2015, continua com o desafio de implementar novas diretrizes, metas e ações voltadas à segurança dos cidadãos boa-vistenses.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (Coord.); RATTON JR; Kerber *et al.* **As Políticas Públicas de Segurança no Âmbito Municipal**: uma análise comparada das cidades de Canoas/RS e Jaboatão dos Guararapes/PE. Postado em maio/2018. Disponível em: <<https://islidedoc.org/document/as-politicas-publicas-de-seguranca-no-ambito-municipal-uma-analise-comparada-das-cidades-de-canoas-rs-e-jaboatao-dos-guararapes-pe>>.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm>.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e dá outras [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007>.

_____. Presidência da República – Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015>.

_____. Presidência da República – Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto de arrecadação [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018>.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014**. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113022.htm>.

_____. Senado Notícias – Especial Cidadania – Senado Federal. **Como fazer parte do Conseg, o Conselho Comunitário**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/seguranca-publica/como-fazer-parte-do-conseg-o-conselho-comunitario>>.

BOA VISTA-RR. Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR. **Decreto nº 152/E, de 14 de setembro de 2012**. Dispõe sobre a criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal-GGI-M e aprova o Regimento Interno do GGI-M e dá outras providências. Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/ArquivosDinamicos/2012/09/19092012100937370_1.pdf>.

BATISTA, Coronel. **Conceito de segurança pública e defesa social**, 2013. Disponível em: <www.abriosa.com.br/conceitos_de_seguranca_publica>.

BONAFÉ, Gustavo. **Políticas públicas**: o que são e para que existem. 2016. Disponível em <<https://politize.com.br/politicas-publicas-o-que-sao/>>.

BURG, Iranilde Paz; COSTA, José Augusto Vieira; FALCÃO, Maria Teixeira. **Expansão urbana de Boa Vista/RR e os reflexos sobre os recursos hídricos**. Revista Equador (UFPI), vol. 4, nº 2, p. 98-113 (2015). Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>>.

CARVALHO, Vilobaldo Adeildo de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. **Políticas de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios**. R. Katál., Florianópolis, v. 14, n.1, p.59-67, jan./jun.2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1a07.pdf>>

CHAVES, Alan. **Com menor PIB do país, Roraima segue com alta concentração da economia na capital**, aponta IBGE. G1RR – Boa Vista, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticias/2018/12/17/>>.

CHAVES, Ceíça. **Aumento populacional** – Boa Vista é a Capital com maior taxa de crescimento entre 2018 e 2019, segundo dados do IBGE. 2019. Disponível em: <<https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2019-segundo-dados-do-ibge>>.

FARIA, Ícaro Corrêa G. **Segurança Pública Brasileira: responsáveis, números e desafios**, 2018. Disponível em: <www.politize.com.br/seguranca-publica-brasileira-entenda/#toggle-id-i-closed>.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arlinda Schmidt. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades**. Revista de Administração de Empresas/EAESP/FGV, São Paulo, Brasil, 1995. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>.

GONÇALVES, Ligia Maria Daher. **Política de Segurança Pública no Brasil no pós-transição democrática: deslocamentos de um modelo resistente**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/.../8131/.../pt.br.php>>

GUINDANI, Miriam. A criação de um novo paradigma em Diadema. In: SENTO-SÉ, J. T. (Org.). **Prevenção da violência**. o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

G1-Roraima. **Roraima passa de 500 mil habitantes e continua o menos populoso, diz IBGE**. Disponível em: <<https://www.g1.com/rr/roraima/noticias/2015/08/2015>>.

_____. **Boa Vista: A Capital Modelo da Amazônia**. 2019. Disponível em: <http://www.g1.globo.com/rr/roraima/especial_publicitario/prefeitura_de_boa_vista...>.

_____. **RR tem maior taxa de mortes violentas do país em 2018 e letalidade policial cresce 180%**. 2019. Disponível em: <<https://www.g1.com/rr/roraima/noticias/2019>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Municípios Brasileiros** – 2012: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro: Coordenação de População e Indicadores, 2013.

JORNAL FOLHA DE BOA VISTA. **Boa Vista 118 anos em Fatos e Fotos** (Suplemento Especial), 2008, p. 1-27.

_____. **Roraima tem 505 mil habitantes e Boa Vista chega a 320.714 habitantes.** Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/noticia/Roraima-tem-505-mil...e-BoaVista...-/02-09-2015>>.

_____. **Roraima passa de 600 mil habitantes, diz IBGE.** ROCHA, Ribamar. 2019. Disponível em: <[https://www.folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Roraima passa de 600 mil habitantes](https://www.folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Roraima%20passa%20de%20600%20mil%20habitantes)>.

_____. **Roraima registra queda no IDH Municipal.** ROCHA, Ribamar. 2019. Disponível em: <[https://www.folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Roraima registra queda no IDH municipal](https://www.folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Roraima%20registra%20queda%20no%20IDH%20municipal)>.

KAHN, Túlio. Indicadores em prevenção municipal de criminalidade. In: SENTO-SÉ, J. T. (Org.). **Prevenção da violência: o papel das cidades.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **METODOLOGIA CIENTÍFICA.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LEMGRUBER, Julita. Controle de Criminalidade: mitos e fatos. In OLIVEIRA, N. V. (Org.). **Insegurança Pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana.** São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales *et al.* **Gestão Municipal da Segurança Pública: responsabilidade dos municípios brasileiros no combate à violência urbana.** R. Pol. Pública, São Luis, v. 18, n. 2, p.399, jul./dez.2014. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.plsp>>

LIMA, Renato Sérgio de; CARBONARI, Flávia. **Direito à cidade e novos papéis dos municípios na Segurança Pública.** 2018. Disponível em: <<https://facesdaviolencia.blog.folha.uol.com>>

MADEIRA, Lígia M. **Mudanças no sistema de Justiça Criminal brasileiro nas duas últimas décadas: rumo a um Estado Penal?** Monografia (graduação em direito) - Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MADEIRA, Lígia Mori; RODRIGUES, Alexandre Bem. **Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011.** Rev.Adm. Pública- Rio de Janeiro 49(1): 3-21, Jan./fev.2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n1/0034-7612-rap-49-01-00003.pdf>>.

MARTINS, Joel. A pesquisa qualitativa *In*: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia de pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

NORONHA, Andrius Estevan. **Conceitos básicos em Políticas Públicas no Brasil contemporâneo**. G & DR. Vol. 2, n.2, p.74-86, mai.-ago/2006. Disponível em: <<http://www.rbgdt.net/revista/index.php/.../45>>

OLIVEIRA, Rayfeson. 2020. **Elaboração dos Mapas: Evolução do Espaço Urbano de Boa Vista; Infraestrutura de lazer e principais avenidas para mobilidade urbana na cidade de Boa Vista-RR**.

PIMENTA, Melissa Rafaela Costa. **A Política Pública de Segurança: um recorte da construção do paradigma de cidadania do Brasil aos municípios**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas, 25-28/2015.

PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2000. Disponível em: <www.observatoriodeseguranca.org/files/PNSP%202000.pdf>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO- RS. **PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SEGURANÇA CIDADÃ DE NOVO HAMBURGO/RS**. Jun/2016. Disponível em: <<https://odsc.novohamburgo.rs.gov.br/files/editor/files/plano-municipal-16jun16-vf.pdf>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM. BETIM PELA PAZ, 2017. **Plano Municipal de Segurança Pública**. Biênio 2017/2018. Disponível em: <www.betim.mg.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/Plano_Municipal_de_Seguranca_Publica:20150414.pdf>.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil. **Guia do Plano Integral e Participativo em Convivência e Segurança Cidadã**. 2 ed, Brasília: PNUD, Conviva, 2016. Disponível em: <www.br.undp.org/paz/seguranca-cidada-guia-plano.pdf>.

_____. **Guia do Diagnóstico Integral e Participativo em Convivência e Segurança Cidadã**. 2 ed, Brasília: PNUD, Conviva, 2016. Disponível em: <www.br.undp.org/paz/guia.diagnostico.folder.pdf>.

RIBEIRO, L-A & SANTANA (2015). **Qualidade de vida no trabalho**: fator decisivo para o sucesso organizacional. *Revista de Iniciação Científica*, 2 (2), 75-96.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **PESQUISA SOCIAL: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Marta M Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo. Publifolha, 2011. (Coleção

Folha Explica).

RORIZ, Maysa Silva. **Uma Investigação sobre as práticas de apoio ao compartilhamento de conhecimento interprojetos em uma Empresa Orientada a Projetos**. Dissertação. Acervo Digital Universidade Federal do Paraná, 2011. Disponível em: <www.acervodigital.ufpr.br/handle/R_D_Maysa_Silva_Roriz>.

SCHEDLER, Marcelo Francisco; SCHNEIDER, Evania. **Avaliação de Desempenho: Uma Análise do Processo no SENAI – Lajeado/RS**, 2014. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bistream/10737/1493/1/2014MarceloShedler.pdf>>

SILVA, Fábio Ferreira da. (2010). **Controle Social no Brasil: Instrumento de Governança no Setor Público**. In: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Equilíbrio Democrático e Controle Social. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/projetos-acoes/pasta-2009-0715-5584002076/pagina-2010-05-11-11.0321542124/Equilibrio%20Democratico_WEB.pdf>

SOARES, Luiz Eduardo. **Novas políticas de segurança pública**. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v17m47/a05v1747.pdf>

SOARES, Luiz Eduardo. **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas**. Revista Estudos Avançados, 21 (61), 2007. Disponível em: <www.posticsemasp.ufsc.br/files/2015/08/seguranca_publica_no_brasil_ate_2007.pdf>

SOUZA, Jessé. **Criação de Boa Vista e Roraima**. Roraima de Fato. 2011. Disponível em: <<https://www.roraimadefato.com/mais/historico-de-roraima...>>

SOUSA, Ronilson do Nascimento de; SOUZA, Carla Monteiro de. Os garimpos e o crescimento demográfico de Roraima e de Boa Vista na década de 1980. In: SOUZA, Carla Monteiro de. (Org.). **Migrações e outros deslocamentos na Amazônia Ocidental: algumas questões para o debate**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Disponível em: <www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>.

VIANA, Isaque Pereira Gomes. **Sociologia do Crime & Violência: O fenômeno social e sua magnitude**, 2013. Disponível em: <www.portaleducacao.com.br/contendo/artigos/educacao/sociologia_do_crime_violencia_o_fenomeno_social_e_sua_magnitude/40939>.

**APÊNDICE A - FICHA DE INSCRIÇÃO: SEMINÁRIO SEGURANÇA PÚBLICA:
DESAFIOS PARA OS MUNICÍPIOS**

Nome:	
Data de Nascimento:	CPF:
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	País:
Instituição:	
Telefone celular:	Email:

Informações adicionais:

Função/Atividade:

- Estudante de graduação UERR Estudante de outras instituições
 Estudante de Pós-graduação UERR Profissional/Participante
 Professor/Pesquisador Profissional/ Convidado

Responda:

1- Você conhece as políticas públicas do Plano Municipal de Segurança Pública do Município de Boa Vista?

- SIM NÃO EM PARTE

2- O seu local de trabalho e/ou estudo tem relação com a segurança cidadã?

- SIM NÃO EM PARTE

3- Você conhece pelo menos um Plano Municipal de Segurança Pública de alguma cidade brasileira? Cite.

R: _____

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS
PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA MUNICIPAL URBANA E TRÂNSITO**

Bloco A

- 1 - Como foi sua entrada no quadro desta Instituição?
- 2 - Atualmente é contratado (a), cedido (a) ou concursado (a) para cargo e /função?
- 3 - Qual seu histórico de formação? Universidade, Curso, Especialização, outros?
- 4 - Está satisfeito (a) neste setor? Por quê?

Bloco B

- 5 - Em sua opinião qual a percepção dos gestores sobre o Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista – RR?
- 6 - Quanto as ações traçadas no Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista – RR, o que funciona? (maior aplicação) e o que não funciona? (menor aplicação)
- 7 - Em sua opinião, as ações contidas no Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista – RR, têm influenciado a vida do cidadão boa-vistense? Como?
- 8 - Qual o nível de participação da sociedade civil organizada na elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública de Boa Vista – RR; como também no Conselho Municipal de Segurança Pública?

APÊNDICE C - QUESTÕES PARA A RODA DE CONVERSA

- 1- Como você entende a atuação do Município como ator de Políticas Públicas de Segurança? Faça uma reflexão e comente suas sugestões de pontos que possam influenciar de forma positiva essas políticas.
- 2- De acordo com o atual Plano Municipal de Segurança Pública, várias ações foram traçadas em relação às atividades a serem implementadas a partir de 2015, como por exemplo:
- Reforma e ampliação do prédio da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito (SMST);
 - Reforma e ampliação do prédio do Grupo Tático Municipal;
 - Reforma e construção de guaritas;
 - Aquisição de viaturas;
 - Aquisições de equipamentos de segurança;
 - Reestruturação do Departamento de Defesa Civil;
 - Criação de novos grupos especializados: Patrulha Maria da Penha; Grupo de Proteção Ambiental; Grupo de Ação de Trânsito;
 - Emprego Operacional: Implantação de Novos Postos de Serviço, Unidades de Saúde Municipais, Escolas Municipais, Cobertura Setorial.

Em sua opinião, essas ações e/ou projetos têm contribuído para redução da violência e criminalidade? O que poderia ser feito para mudar essa situação? Como e por quê?